

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIANE PICELLI

**ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 12.318/2010 À LUZ
DOS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DA IGUALDADE DE
GÊNERO**

CURITIBA

2018

FRANCIANE PICELLI

**ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 12.318/2010 À LUZ
DOS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DA IGUALDADE DE
GÊNERO**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Direito do Programa de Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Ana Carla Harmatiuk Matos

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCIANE PICELLI

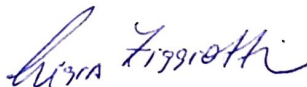
**ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI
12.318/2010 À LUZ DOS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE
DA CRIANÇA E DA IGUALDADE DE GÊNERO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



ANA CARLA HARMATIUK MATOS
Orientador

Coorientador



LÍGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA
Primeiro Membro



ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, por todo amor que me dedicam e por todos os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse ter uma formação de qualidade. Agradeço também aos meus familiares, em especial a minha avó, tia e irmãos, que sempre torcem e rezam por mim.

Ao meu namorado Henrique, pelo apoio, pela paciência que teve em minhas ausências, e por todas as vezes que me acalmou quando eu precisei. Agradeço também por ter me ajudado na faculdade desde o primeiro ano – com aquele texto desesperador de sociologia – até hoje, lendo e relendo esse trabalho. Esse engenheiro de produção deveria ganhar um diploma de direito ou, ao menos, de alienação parental.

A minha orientadora, Professora Ana Carla Harmatiuk Matos, uma das responsáveis por minha paixão pelo Direito das Famílias. Agradeço por toda a dedicação ao magistério e por estar sempre disposta a tirar aquelas dúvidas “rapidinhas” sobre o TCC ao final da aula.

As professoras Andressa Regina Bissolotti dos Santos e Lígia Ziggiotti de Oliveira, por terem aceitado de pronto o convite para fazerem parte da minha banca.

Aos meus amigos, Diana, João Victor, João Gabriel e Lívia, que fizeram minhas manhãs muito mais felizes. Obrigada por terem compartilhado tanto os momentos de alegria, quanto os de sofrimento, comigo. Ao João Victor, meu agradecimento especial por perder um tempo precioso de vida pós-TCC lendo e corrigindo meu trabalho. Seu esforço e dedicação ao longo da faculdade com certeza farão de você uma das pessoas mais bem-sucedidas que eu vou conhecer.

Ao André, por disponibilizar acesso *vip* à biblioteca. Obrigada por carregar vários livros para mim e por deixar que eu emprestasse os livros no seu nome, com direito a ganhar multa.

Aos meus colegas de trabalho, em especial ao Dr. Rodrigo e a Dra. Emily, que têm me proporcionado oportunidades incríveis para que eu possa aprender na prática o que eu mais amo na faculdade. Agradeço por terem me escutado falar incansavelmente sobre o TCC e por todo o apoio que deram nesse período.

RESUMO

A visão funcionalizada das famílias permitiu a inserção de novas realidades no ordenamento jurídico. Se, por um lado passou-se a perceber a criança e o adolescente como sujeitos de direito, por outro foram criadas problemáticas imersas em um contexto de rupturas familiares. Essa conjuntura deu ensejo à elaboração do conceito de alienação parental, fenômeno compreendido como o comprometimento do direito à convivência familiar da criança em virtude das condutas de um dos pais no sentido de forjar no filho sentimentos de rejeição ao outro. O presente estudo examina essa forma de abuso psicológico e sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro, iniciando a investigação pelo contexto sociocultural que conduziu à promulgação da Lei 12.318/2010, até chegar ao Projeto de Lei que pretende sua revogação, passando por uma análise crítica e individual de seus dispositivos, a fim de verificar se estão em consonância com os princípios do melhor interesse da criança e da igualdade de gênero. Para a adequada identificação do fenômeno, buscou-se respaldo na intersecção entre o Direito e a Psicologia. Tendo em vista que a produção doutrinária no Brasil sobre a alienação parental ainda é bastante incipiente, também é objetivo deste estudo aprofundar a temática a partir de uma visão ampliada da questão. O que norteará o desenvolvimento desta monografia, portanto, é a análise crítica acerca da interpretação dada à Lei da Alienação Parental, uma vez que sua aplicação ainda não se mostra capaz de garantir integralmente a proteção da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Alienação Parental; Lei 12.318/2010; Princípios; Melhor Interesse da Criança; Igualdade de Gênero.

ABSTRACT

The functionalized vision of families has allowed for the insertion of new realities in the legal order. If on the one hand conceptualized children and adolescents as persons under the law, on the other created problems, immersed in a context of family ruptures. This situation gave rise to the concept of parental alienation, a phenomenon understood as the commitment of the family's coexistence of the child because of the behavior of one of the parents to forge in the child feelings of rejection to the other. The present study examines this method of psychological abuse and its insertion in the Brazilian legal system. The investigation begins with the socio-cultural context that led to the promulgation of Legislation 12.318/2010 up until the Bill that intends its revocation, going through a critical and individual analysis of its devices, in order to verify if they are in consonance with the child's best interests and gender equality principles. For the accurate identification of the phenomenon, one has sought support in the intersection between Law and Psychology. Considering that the scholarly writing in Brazil on parental alienation has yet to become prolific, the present study also aims to deepen the theme from a broad view of the issue. The question that will cut through the pages of this dissertation is the critical analysis of the interpretation given to the Parental Alienation's Law, since its application is not yet able to fully ensure the protection of the children and adolescents.

Descriptors: Parental Alienation; Law 12.318/2010; Principles; Best Interests of the Child; Gender Equality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A DISSEMINAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS ..9	
1.1 ORIGEM E CRÍTICAS AO MODELO CONCEBIDO POR RICHARD GARDNER.....	9
1.2 (IN)DEFINIÇÕES ACERCA DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL	11
1.3 AVALIAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E BALIZAS PARA SUA APLICAÇÃO PROFÍCUA	14
2. ALIENAÇÃO PARENTAL E OS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DA IGUALDADE DE GÊNERO: UMA INTERLOCUÇÃO IMPERIOSA	18
2.1. UM NOVO OLHAR SOBRE O DIREITO DAS FAMÍLIAS: A FAMÍLIA FUNDADA NO AFETO	18
2.2. A PROTEÇÃO INTEGRAL DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FRENTE À ALIENAÇÃO PARENTAL	19
2.3. A DISCUSSÃO SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO NA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	23
3. ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 12.318/2010: DA PROMULGAÇÃO À POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO	26
3.1. INTERPRETAÇÃO LEGISLATIVA SOB O ENFOQUE DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	26
3.1.1 Conceito e caracterização	26
3.1.2 Da proteção à Dignidade da Pessoa Humana e da possibilidade de indenização por danos morais	32
3.1.3 Das normas processuais	34
3.1.4 Da Perícia Psicológica e Biopsicossocial	36
3.1.5 Dos instrumentos para coibir a alienação parental	38
3.1.6 Da guarda preferencial ao genitor que viabiliza a convivência	42
3.1.7 Da competência.....	43
3.1.8 Dos dispositivos vetados e da entrada em vigor da Lei 12.318/2010	45
3.2 PROJETO DE REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010: SOLUÇÃO OU DESAMPARO?.....	47
CONCLUSÃO	51
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

As dificuldades emocionais vivenciadas por crianças e adolescentes cujos genitores estão em intenso litígio em razão do divórcio ou da disputa pela guarda compeliram o Estado a buscar formas de proteger os interesses do infante. Em meio a uma relação altamente conflituosa entre aqueles que detêm a autoridade parental, a criança frequentemente se torna vítima de manipulações por parte de um dos genitores para que rejeite o convívio com o outro, fenômeno este que passou a ser denominado, a partir da década de 1980, de “alienação parental”. No ordenamento jurídico pátrio, a tentativa de coibir essa forma de abuso psicológico despontou três décadas mais tarde, com a promulgação da Lei 12.318/2010.

Nesse contexto, o presente trabalho busca centrar-se nas controvérsias associadas à alienação parental – particularmente sobre a problemática de sua invocação por um genitor que apresenta baixas habilidades parentais, ou que vislumbra na lei um instrumento de defesa contra denúncias de abuso sexual –, bem como nos embaraços trazidos pela interpretação abusiva da Lei 12.318/2010.

No primeiro capítulo, em atenção à interdisciplinaridade inerente ao tema, a alienação parental é compreendida como um fenômeno localizado na intersecção do Direito e da Psicologia. Neste ponto, busca-se conjugar um exame das origens, manifestações e críticas ao modelo concebido por Richard Gardner – criador da teoria da “Síndrome da Alienação Parental”. Ainda, avalia-se a importação dessa tese ao contexto brasileiro a partir das definições oferecidas pela doutrina. Pretendendo uma abordagem multifocal do tema para a aplicação mais equilibrada da Lei 12.318/2010, traçam-se os contornos de um modelo diverso daquele aplicado atualmente, em que tão somente os comportamentos do genitor alienador são levados em consideração.

O segundo capítulo busca perceber a alienação parental como fenômeno a ser coibido mediante uma visão das famílias não mais fundadas no mero amparo patrimonial e na subjugação, mas na afetividade e nas garantias do desenvolvimento saudável da personalidade da criança e do adolescente. Defende-se, desse modo, a interpretação das práticas alienatórias à luz dos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da igualdade de gênero.

Por fim, o terceiro capítulo avalia individualmente os dispositivos constantes na Lei 12.318/2010, alicerçando-se nas considerações críticas desencadeadas tanto

pela necessidade do exame interdisciplinar – demonstrada na primeira parte deste estudo – quanto pelo cotejo principiológico – promovido no segundo capítulo. Para além disso, com o intuito de trazer a completude do panorama atual acerca do tema, o capítulo identifica as diferentes posições da doutrina sobre o pedido de revogação da Lei da Alienação Parental, apresentado pelo Projeto de Lei n. 10.638/2018.

Diante da carência de doutrina que ofereça um apanhado geral e crítico do tema no cenário nacional contemporâneo, o presente trabalho se debruça sobre a abordagem jurídico-legislativa da alienação parental. Nesse sentido, a partir de uma análise interdisciplinar sem a qual não é possível apreender a complexidade do fenômeno, faz-se necessário verificar os pontos profícuos e as desvantagens da edição de uma lei que foi elaborada visando a conter práticas alienatórias.

1. A DISSEMINAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

1.1 ORIGEM E CRÍTICAS AO MODELO CONCEBIDO POR RICHARD GARDNER

Com o escopo de trazer uma ampla compreensão acerca da alienação parental e da Lei 12.318/2010, que atualmente regula esse fenômeno no Brasil, é oportuno realizar uma breve análise interdisciplinar da matéria, tendo em vista que o conceito nasceu nos corredores da psicologia e da psiquiatria e somente após foi transposto ao direito. Para além disso, a discussão relativa aos direitos da personalidade da criança e do adolescente não ficou adstrita ao universo jurídico, mas se estendeu para essas outras áreas, que passaram a proporcionar subsídios científicos a fim de auxiliar na compreensão de institutos próprios do Direito das Famílias¹.

De início, cumpre constatar que o conceito de alienação parental ganhou notoriedade em 1985, quando o médico e perito norte-americano Richard Gardner desenvolveu a teoria da “Síndrome da Alienação Parental” (SAP), assim denominando os efeitos psicológicos resultantes da manipulação de uma criança para que apresente aversão a um dos genitores. Para o autor, a SAP é um distúrbio originado quase sempre no contexto dos litígios pela guarda, e resulta da combinação entre a programação de um dos genitores sobre a criança – realizando uma espécie de “lavagem cerebral” – com a contribuição da própria criança para prejudicar o outro genitor².

A despeito da definição concedida por Gardner, a existência de uma síndrome é bastante rejeitada pela ciência em razão da impossibilidade de sua comprovação, não estando prevista na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), e sequer no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-V)³. Desse modo, enquanto o termo “síndrome” equivale a um distúrbio, não reconhecido pela ciência, que se instalaria na vítima em consequência de práticas alienatórias, a denominada alienação parental diz respeito

¹ BARUFI, Melissa Telles. Alienação Parental – Interdisciplinaridade: um caminho para o combate. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 60.

² GARDNER, Richard A. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? 2002, p. 2. Tradução para o português por Rita Fadaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>.

³ DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental: realidade difícil de ser reconhecida. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 23 e 24.

aos atos levados a efeito a partir da campanha desmoralizadora efetuada pelo alienante⁴.

Um dos principais argumentos para a rejeição à teoria de Gardner por parte significativa da doutrina estrangeira se dá pelo fato de que o conceito de “síndrome” em muito contribui para a desvalorização da palavra da criança perante o Poder Judiciário, bem como para a redução a um distúrbio do que poderia ser uma tentativa de proteção por parte das mulheres perante os filhos, visto que essas são as maiores acusadas de praticarem atos alienatórios. Dessa forma, o termo “síndrome” assumiria o papel ideológico de minorar os direitos da personalidade da criança e de facilitar a discriminação de gênero contra as mulheres, visando a defesa de genitores abusadores⁵.

Nesse sentido, Carol Bruch apresenta diversos pontos de inconsistência na tese criada por Gardner. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a ideia de uma síndrome acaba por desconsiderar o processo de amadurecimento dos atores envolvidos e a transitoriedade de comportamentos agressivos da criança, uma vez que o ponto de partida do norte-americano é o comportamento tão somente do alienador, e não a avaliação do genitor alienado ou da criança afetada⁶.

Ainda para a autora, uma segunda incongruência decorre do exagero de Gardner quando discorre acerca das denúncias de abuso sexual e de violência doméstica, afirmando, sem qualquer fundamento científico, que a maioria das acusações se mostram falsas⁷. Consequentemente, o Poder Judiciário é induzido a desacreditar as acusações de abuso sexual levantadas em divórcios litigiosos e disputas pela guarda, visto supostamente tratarem-se de atos alienatórios⁸. Por fim, as soluções extremas propostas, partindo de uma “teoria da ameaça”, a exemplo da reversão da guarda, acabariam por colocar a criança ou o adolescente em situação de risco, desrespeitando seus desejos e afastando a proteção que lhes deveria ser garantida⁹.

⁴ *Ibidem*, p. 24.

⁵ SOTTOMAYOR, Maria Clara. Uma análise crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. *Revista Julgar*. Coimbra, nº. 13, p. 75 e 76.

⁶ BRUCH, Carol S. Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Getting It Wrong in Child Custody Cases. *Family Law Quarterly*, v. 35, 2001. Disponível em: <<http://www.thelizlibrary.org/liz/bruch.pdf>>, p. 530.

⁷ Bruch aponta que Richard Gardner não se preocupou em comprovar porque acreditava que “talvez 95% ou mais” das alegações de abuso sexual infantil são verdadeiras, mas a vasta maioria das alegações em litígios envolvendo divórcio e guarda são falsas (*Ibidem*, p. 531).

⁸ *Ibidem*, p. 532.

⁹ *Ibidem*, p. 533.

Apesar das inúmeras críticas formuladas à teoria da síndrome da alienação parental¹⁰, Ana Carolina Carpes Madaleno e Rolf Madaleno entendem que ainda que Gardner possa tê-la utilizado de maneira pouco ortodoxa, é inegável a existência da prática de atos alienatórios com o propósito de afastar um genitor do filho, não sendo possível invalidar os inúmeros depoimentos das vítimas dessa forma de abuso psicológico¹¹. Discorda-se, entretanto, dessa posição, tendo em vista que dar legitimidade à tese de Gardner significa corroborar com a aplicação imprecisa da alienação parental, que, ao ser confundida com uma síndrome, acaba por permitir a manutenção de diagnósticos equivocados e abusivos.

1.2 (IN)DEFINIÇÕES ACERCA DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL

A despeito das polêmicas e controvérsias que envolvem o assunto, a teoria de Gardner difundiu-se expressivamente no Brasil, fazendo com que grande parte do judiciário pensasse que a suposta síndrome havia se tornado uma epidemia¹². Entretanto, a imprecisão quanto à definição de alienação parental nas publicações nacionais permitiu a importação de um fenômeno do contexto norte-americano sem o necessário exame crítico¹³.

Sonia Rovinski observa que foi a partir do ano de 2006 que o conceito de Síndrome da Alienação Parental passou a ganhar relevância no judiciário brasileiro, com o intuito de justificar as dificuldades enfrentadas na resolução dos conflitos

¹⁰ Para além das críticas relativas à existência de uma síndrome, também há uma elevada rejeição ao perfil profissional de Gardner, uma vez que, apesar de ser mero voluntário na Universidade de Columbia, utilizava-se do título de Professor da Universidade para conferir às suas publicações um reconhecimento perante os tribunais, assentando-se em raciocínios circulares carentes de quaisquer comprovações científicas ao defender genitores acusados de pedofilia. Nesse sentido, ver SOTTOMAYOR, Maria Clara. Uma análise crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. Revista Julgar. Coimbra, nº. 13, p. 75-76.

¹¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 81.

¹² Ao contrário do defendido ao longo deste trabalho, Trindade, apud Sousa, declara que “antes desconhecida, uma vez nomeada [...], parece que cada vez mais se constata a existência de danos causados aos filhos em virtude da Síndrome da Alienação Parental” (SOUSA, Analicia Martins de. Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, p. 143). Nesse sentido, conforme poderá ser observado adiante, a suposta epidemia nada mais é do que uma lente interpretativa adotada – especialmente após a promulgação da Lei 12.318/2010 – que ignora outros fatores para a rejeição da criança a um dos genitores, como é o caso das baixas qualidades parentais.

¹³ SOUSA, Analicia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Síndrome de Alienação Parental: da teoria norte-americana à nova lei brasileira. Psicologia: Ciência e Profissão. Rio de Janeiro, 2011, vol. 31, n. 2, p. 269-270.

familiares. Nesse contexto, o termo se difundiu rapidamente, ainda que estudos mais aprofundados sobre o problema nunca tenham ocorrido. A ideia de síndrome, então, passou a explicar quaisquer condutas da criança ou do adolescente de rejeição a um dos genitores quando de separações litigiosas, simplificando contextos que possuem alta carga de complexidade. Ademais, a autora percebe que esse termo identifica como patológicos comportamentos parentais ou da criança que seriam decorrentes de um contexto social muito mais amplo¹⁴.

Diante do acentuado desprezo por parte da ciência acerca da existência de uma “síndrome”, quando da inserção do conceito de alienação parental no ordenamento jurídico pátrio, o legislador optou por não adotar em qualquer momento essa palavra. Apesar disso, a grande maioria dos autores brasileiros que elabora uma definição para o fenômeno da alienação parental acaba por utilizar os dois termos como se sinônimos fossem¹⁵.

Em uma definição mais objetiva e com o cuidado de não emaranhar os conceitos, Paulo Lôbo percebe a alienação parental como o comprometimento do direito à convivência familiar da criança em virtude das condutas de um dos pais no sentido de forjar no filho sentimentos de rejeição ao outro. Dessa forma, acompanhando a evolução da análise da alienação parental, o direito teria se distanciado de sua qualificação como doença, optando por estabelecer regras que visam a prevenção ou interrupção dessas condutas¹⁶.

De acordo com Eduardo de Oliveira Leite, três são os atores da alienação parental: (i) o cônjuge alienador, geralmente interpretado pela figura da mãe, devido à percepção de que a mulher seria a mais indicada para exercer a guarda dos filhos, apesar de qualquer um dos genitores poder praticar atos alienatórios; (ii) o cônjuge alienado, papel costumeiramente atribuído ao pai, que exerce esporadicamente o direito de visitação; (iii) a criança, vítima impotente frente à manipulação do alienador, que fica privada da convivência com um de seus genitores¹⁷.

¹⁴ ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Repensando a Síndrome de Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 88.

¹⁵ Sobre o tema, ver MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 500. Ainda, ver MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 44.

¹⁶ LÔBO, Paulo. Direito Civil: famílias. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015, p. 187.

¹⁷ LEITE, Eduardo de Oliveira. Alienação Parental: A tragédia revisitada. Revista de direito de Família e das Sucessões, v. 1/2014, jul./set. 2014, p. 63.

A diversidade de parâmetros utilizados para o desenvolvimento de estudos que envolvem a percepção da criança em relação ao rompimento dos pais dificulta que se construa um conceito de alienação parental. Nessa conjuntura, o fenômeno é identificado como um conjunto de ações reiteradas praticadas pelo responsável em desfavor, normalmente, do genitor não guardião, a partir da manipulação de informações inverídicas que maculam a imagem do alienado e comprometem a construção de vínculos afetivos entre ele e a criança ou adolescente¹⁸.

Apesar da precariedade com que foi construído o conceito de alienação parental, a gradual redefinição nos papéis familiares, somada à percepção de um fenômeno que atinge mais mulheres do que homens em virtude do contexto sociocultural ainda hoje verificado, conforme será abordado ao longo deste estudo, impulsionou a condução e condenação dessas práticas ao resguardo legal.

Nesse sentido, Denise Almeida de Andrade constata um crescente compromisso por parte do homem em reivindicar seu espaço de educador e de responsável pela prole, dando origem a organizações não governamentais voltadas para a discussão sobre a paternidade responsável, guarda compartilhada e alienação parental. Tais situações passaram a legitimar a pretensão de alguns genitores homens em provocar o Poder Judiciário a apresentar respostas em consonância com as mudanças sociais vivenciadas, colocando em cheque as estruturas tradicionais¹⁹.

As associações de genitores separados tiveram relevante papel na disseminação das ideias de Gardner²⁰ no Brasil, em que pese a insuficiência de investigação crítica sobre o tema. Assim, as inúmeras reivindicações de instituições como a APASE – Associação dos Pais e Mães Separados –, e do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família –, resultaram, alguns anos mais tarde, na edição da Lei 12.318/2010, fruto de um esforço para delimitar e coibir práticas alienatórias.

Diante das definições distorcidas acerca do tema, importadas ao cenário jurídico brasileiro sem maiores reflexões²¹, é inconcebível realizar um cotejo principiológico da alienação parental sem antes ter esquadrinhado, de maneira breve, as críticas incisivas à sua origem e manifestações. Para além disso, em razão do

¹⁸ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). *Direito das famílias: por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 677.

¹⁹ *Ibidem*, 675.

²⁰ SOUSA, Analicia Martins de. *Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, p. 142.

²¹ *Ibidem*, p. 145.

reconhecimento por parte do Poder Judiciário de sua insuficiência para apreciar a complexidade imanente à alienação parental, necessário traçar diretrizes interpretativas para uma aplicação mais equilibrada da Lei 12.318/2010.

1.3 AVALIAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E BALIZAS PARA SUA APLICAÇÃO PROFÍCUA

Conforme abordado ao longo do capítulo, a alienação parental é um fenômeno localizado na “intersecção” do Direito e da Psicologia²². Nesse ínterim se, por um lado, é um instituto apontado especialmente em contextos litigiosos de disputa pela guarda e visitas, por outro, é um fenômeno substancialmente psicológico, tornando imprescindível o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares que possibilitem o diagnóstico adequado, a fim de diferenciar a alienação parental de outros motivos que levam as crianças e os adolescentes a rejeitarem um dos genitores²³.

Com o intuito de refrear a abordagem acrítica que se faz da alienação parental, Johnston e Kelly propuseram uma compreensão multifocal do tema, partindo de um modelo da criança alienada, e não apenas do genitor supostamente alienador, tendo em vista que em litígios envolvendo divórcio e disputa pela guarda é comum que um dos pais tente manipular filho, mas apenas uma pequena proporção dessas crianças passa a rejeitar o outro genitor tão somente em razão dessa prática²⁴. Para tanto, referidas autoras delinearam cinco comportamentos comuns às crianças após o divórcio, sendo essas condutas uma reta cuja progressão demonstra a crescente restrição do relacionamento.

O ponto inicial diz respeito à manutenção de um “relacionamento positivo” com ambos os genitores, sendo essa a opção mais saudável e que abrange a maior parte das crianças e adolescentes após o divórcio²⁵. O segundo nível, também bastante saudável, trata das crianças que possuem maior “afinidade” com um dos genitores, mas que ainda assim desejam o convívio com ambos²⁶. Já as crianças

²² GOMIDE, Paula Inez Cunha; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Diálogos Interdisciplinares acerca da Alienação Parental. In: GOMIDE, Paula Inez Cunha. Introdução à psicologia forense. Curitiba: Juruá, 2016, p. 101.

²³ *Ibidem*, p. 101.

²⁴ JOHNSTON, Janet R.; KELLY, Joan B. The Alienated Child: A Reformulation of Parental Alienation Syndrome. Family Court Review, v. 39, 2001. Disponível em: <<http://jkseminars.com/pdf/AlienatedChildArt.pdf>>, p. 250-251.

²⁵ *Ibidem*, p. 251.

²⁶ *Ibidem*, p. 252.

“aliadas” são aquelas que expressam sua preferência por um dos genitores, mesmo durante o casamento, mas, ao contrário da alienação, não desejam findar a convivência com esse genitor. Essa rejeição costuma ser temporária e pode ser extinta quando o conflito entre os pais diminui²⁷.

As crianças “hostis/distantes”, por sua vez, possuem comportamentos muitas vezes confundidos com aqueles decorrentes de alienação parental. Entretanto, a distância é consequência de um histórico familiar de violência, abuso ou negligência, do qual o infante não necessariamente precise ser vítima direta. Nesse ponto, a rejeição e o medo apresentado pela criança frente ao genitor supostamente alienado são justificáveis e há uma reação natural de afastamento. A distância também pode decorrer das deficiências por parte desse genitor no exercício de sua autoridade parental, incluindo imaturidade, egoísmo e abuso emocional. É comum, nesses casos, que o genitor não preferido alegue a ocorrência de alienação parental como instrumento de defesa para se esquivar das acusações de violências por ele cometidas²⁸. Por fim, as crianças “alienadas” são aquelas que expressam rejeição injustificada em relação a um dos genitores, sem qualquer sentimento de culpa ao recusar contato com esse²⁹.

No mesmo sentido, Paula Gomides e Ana Carla Harmatiuk Matos ponderam que uma das principais razões para a rejeição da criança ou do adolescente frente a um dos genitores é a baixa qualidade das práticas educativas parentais, que pode ser avaliada por meio do Inventário de Estilos Parentais (IEP), a fim de apontar se os genitores têm formas positivas de educar seus filhos ou se são violentos e negligentes para com esses. De acordo com pesquisa mencionada pelas autoras, estima-se que em 35% dos casos avaliados o motivo para a recusa da criança à convivência com um dos genitores seja a inabilidade ou alguma limitação parental deste³⁰.

A aferição acerca da alienação parental é de difícil percepção ao magistrado, ainda que conte com vasta experiência, uma vez que não possui formação especializada para tanto. Diante da insuficiência técnica do poder judiciário para diagnosticar casos de alienação parental, a realização de perícia por profissionais

²⁷ *Ibidem*, p. 252.

²⁸ *Ibidem*, p. 253.

²⁹ *Ibidem*, p. 254.

³⁰ GOMIDE, Paula Inez Cunha; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Diálogos Interdisciplinares acerca da Alienação Parental. In: GOMIDE, Paula Inez Cunha. Introdução à psicologia forense. Curitiba: Juruá, 2016, p. 104.

especializados mostra-se imprescindível, devendo existir uma estrutura de cooperação entre Direito e Psicologia.

Denise Duarte Bruno ressalta a importância de avaliação criteriosa e interdisciplinar em casos de denúncias de abuso, especialmente o sexual, concluindo que mesmo que as acusações sejam decorrentes de falsas memórias³¹, os envolvidos devem ser objeto de intervenção psicoterápica³². Na prática, entretanto, os profissionais disponíveis recebem treinamento precário para o diagnóstico e distinção entre uma alienação parental e uma denúncia verdadeira de abuso. Com efeito, a realização de incansáveis entrevistas por diferentes profissionais em crianças que podem ter sido molestadas sexualmente implica sua revitimização constante, podendo levá-las a produzir interpretações fantasiosas sobre o ocorrido, esvaziando o conteúdo do relato e impedindo que suas informações sejam preenchidas de elementos consistentes para a comprovação da denúncia³³.

No mesmo sentido, Daltoé Cezar discorre acerca da dificuldade em comprovar a existência de abuso sexual contra crianças no cenário forense atual. As estatísticas que analisam esse delito demonstram que mais de 80% dos casos denunciados não deixam vestígios materiais e são praticados por pessoas próximas do infante – pais, padrastos e irmãos³⁴. Nesses casos, o depoimento da criança, previsto no art. 100, parágrafo único, inciso XII do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mostra-se crucial para que a responsabilização, quer seja do abusador, quer seja do alienador, possa ocorrer.

Conforme o exposto, apesar da necessidade de respeito à condição peculiar da criança e do adolescente, o modelo atual de colheita de provas acaba por prejudicar o próprio infante. Como alternativa a esse modelo, Daltoé Cezar apresenta a possibilidade do “depoimento especial”, criado pelo Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre com o objetivo de evitar que a criança sofra danos durante a produção

³¹ As falsas memórias são consideradas um fenômeno de acordo com o qual o alienador incute na criança ou no adolescente relatos de fatos inverídicos, induzindo-o a acreditar que efetivamente ocorreram. Nesse sentido, ver MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 111.

³² BRUNO, Denise Duarte. Abrindo os olhos para verdadeiros relatos e falsas memórias. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 122.

³³ *Ibidem*, p. 121.

³⁴ CEZAR, José Antônio Daltoé. A inquirição de crianças vítimas de abuso sexual em juízo. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 180.

de provas em uma oitiva judicial. De acordo com o autor, essa sistemática altera a atuação dos profissionais, fazendo com que passem a exercer um modelo interdisciplinar de trabalho, em um ambiente adequado às necessidades da criança e do adolescente³⁵.

Diante do exposto, a neutralidade dos avaliadores, em conjunto com a cautela para com a identificação do fenômeno, a partir de instrumentos de investigação apropriados, mostram-se cruciais para que qualquer medida possa ser tomada. As soluções, portanto, devem perpassar pela “pulverização dos focos de abuso de poder”³⁶, independentemente de serem decorrentes das práticas de alienação parental ou de comportamentos violentos por parte de um dos genitores. A percepção da alienação parental partindo de um modelo da criança alienada e engendrada pela intersecção entre o Direito e a Psicologia, mostra-se imprescindível para que seja elaborado um diagnóstico acertado acerca do fenômeno, de modo prévio à aplicação de qualquer medida judicial.

Realizada essa investigação inicial com o intuito de delinear o enquadramento da alienação parental frente ao cenário jurídico brasileiro contemporâneo, passa-se a examinar de que modo o fenômeno é abordado frente aos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da igualdade de gênero.

³⁵ De acordo com Daltoé Cezar, “pelo projeto desenvolvido, as crianças não prestam mais os seus depoimentos de maneira convencional. Eis que nas próprias dependências do Foro de Porto Alegre foi projetada uma sala mais acolhedora, lúdica [...] na qual é realizado o ato processual da audiência. A sala do depoimento [...] é ligada por vídeo à sala de audiências, na qual se encontram presentes o juiz, o promotor de justiça, o advogado, o réu e os serventuários da justiça, os quais podem interagir enquanto o relato ocorre, desde que autorizados [...]. Uma técnica previamente capacitada para a tarefa facilita a tomada do depoimento, repassando à criança, com os modelos de linguagem adequados à idade que ela tiver, as perguntas que lhe forem transmitidas da sala de audiências. Todo o depoimento é gravado em uma mídia, que é juntada ao processo, passando a ser parte integrante desse, assim possibilitando que seja revisto a qualquer tempo [...]” (*Ibidem*, p. 184).

³⁶ GOMIDE, Paula Inez Cunha; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Diálogos Interdisciplinares acerca da Alienação Parental. In: GOMIDE, Paula Inez Cunha. Introdução à psicologia forense. Curitiba: Juruá, 2016, p. 117.

2. ALIENAÇÃO PARENTAL E OS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DA IGUALDADE DE GÊNERO: UMA INTERLOCUÇÃO IMPERIOSA

2.1. UM NOVO OLHAR SOBRE O DIREITO DAS FAMÍLIAS: A FAMÍLIA FUNDADA NO AFETO

O Direito das Famílias é uma das disciplinas em que mais se sente os reflexos dos princípios eleitos pela Constituição Federal de 1988³⁷ (CF/88). Na esteira do constitucionalismo social, instaurado especialmente a partir da segunda metade do século XX, a Carta Magna promove a proteção da família a partir de uma percepção eudemonista e da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, CF/88), permitindo aos seus membros a busca da felicidade individual, por meio da realização pessoal e da solidariedade (art. 3º, I, CF/88). Com efeito, o exercício do poder familiar dos pais em relação aos filhos ultrapassa o mero amparo material e as situações previstas nos arts. 1.634 e 1.689 do Código Civil Brasileiro (CCB) – com nítido caráter patrimonial – atingindo toda uma gama de relações interpessoais promovidas pelo afeto, capazes de aproximar os sujeitos em prol do alcance da felicidade individual e comum³⁸.

O Código Civil de 2002, cioso da igualdade constitucional entre o homem e a mulher, optou por afastar o termo pátrio poder para se referir aos direitos e deveres dos genitores em relação aos seus filhos, preferindo intitular esse fenômeno de “poder familiar”. O projeto do Estatuto das Famílias, por sua vez, optou por denominá-lo de “autoridade parental”, escapando da ideia de poder no seio da família, que não se coaduna perfeitamente com a extensão do dever a ser exercido no melhor interesse dos filhos³⁹. A autoridade parental, portanto, não deve ser percebida como o exercício de um poder de supremacia, mas um encargo imposto aos responsáveis pelos cuidados para com a criança e o adolescente em proporção justa e equânime⁴⁰.

As mudanças ocorridas na estrutura das famílias merecem investigação pormenorizada, uma vez que, não obstante oferecerem inúmeros benefícios, acabaram por desencadear problemas nunca antes regulamentados pelo Direito, aos

³⁷ DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 50-51.

³⁸ CORDEIRO, Carlos José; GOMES, Josiane Araújo. Alienação Parental como causa excludente de responsabilidade civil por abandono afetivo. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 270.

³⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: família. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018, p. 340.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 343.

quais a sociedade ainda se mostra hostil⁴¹. O novo olhar sobre a criança e o adolescente para deixá-los unicamente como uma extensão da personalidade dos seus pais, reconhecendo-os como sujeitos plenos de direito cuja única particularidade é a de estarem crescendo, converteu a autoridade familiar em uma atribuição que os pais e o Estado devem cumprir, a fim de garantir os interesses e o desenvolvimento da personalidade do infante, não sendo esses valores compatíveis com razões predominantemente patrimoniais⁴².

É nessa conjuntura de visão funcionalizada das entidades familiares que a hermenêutica do art. 227 da CF/88, em conjunto com o art. 3º do ECA, permitiu a elaboração de uma Lei da Alienação Parental, a fim de promover as previsões constitucionais de assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social das crianças e adolescentes, em condições de liberdade e de dignidade, conforme preconiza o Projeto de Lei 4.053/2008, de autoria do Deputado Federal Regis de Oliveira pelo Partido Social Cristão (PSC)⁴³.

2.2. A PROTEÇÃO INTEGRAL DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FRENTE À ALIENAÇÃO PARENTAL

A Lei 12.318, de agosto de 2010, concebida e promulgada no âmbito de uma Constituição que prioriza o Estado Social de Direito, tem por escopo a convivência familiar saudável e o desenvolvimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito. Superadas as discussões acerca das imprecisões terminológicas que envolvem o tema, a doutrina majoritária entende ser imprescindível que a alienação parental seja reconhecida como uma violência psicológica contra a criança e o adolescente, devendo ser prevenida e coibida em respeito ao bem-estar das pessoas nessa qualidade⁴⁴.

A despeito da Lei 12.318/2010 representar o marco histórico que introduz na legislação nacional um mecanismo jurídico de combate à alienação parental⁴⁵, a

⁴¹ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). Direito das famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 673.

⁴² LÔBO, Paulo. Direito Civil: famílias. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015, p. 23.

⁴³ BRASIL. Projeto de Lei nº 4.053, de 2008. Dispõe sobre a Alienação Parental. Diário do Congresso Nacional. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/alienacao-parental.pdf>>.

⁴⁴ ANDRADE, *op. cit.*, p. 679.

⁴⁵ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 86.

afetada pelos atos de alienação parental ou se o genitor alienado possui comportamentos que corroboram para a aversão da criança⁵⁰, acaba por ignorar os desejos e necessidades daquele a quem se deveria proteger.

Ademais, parte das sanções previstas na Lei 12.318/2010 e o desejo por uma punição severa ao alienante desconsideram o impacto dessas medidas a longo prazo no desenvolvimento da criança e do adolescente, conforme aludem Ferreira e Enzweiler⁵¹. Para esses autores, as medidas de reversão da guarda, bem como de suspensão da autoridade parental, previstas nos incisos V e VII, respectivamente, do artigo 6º da Lei, são punições bastante semelhantes àquelas encampadas pela terapia da ameaça proposta por Gardner. Isso porque, ao se modificar o lar de referência, ameaçar e proibir as visitas ao genitor supostamente alienador com o qual a criança possui vínculo estreito, fere-se o núcleo mais fundamental dos direitos do infante⁵². Ainda que a alienação venha a se confirmar, a medida – que deveria ser imposta tão somente ao alienador – acaba por atingir frontalmente a criança, tolhendo o que lhe havia restado de vínculo afetivo e de referência parental.

Essas soluções fundadas na punição severa, e não na prevenção, deixam de atender ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente na medida em que sancionam o próprio sujeito em desenvolvimento vitimado, fazendo com que ele carregue a culpa por ter cessado com o genitor de referência qualquer convívio⁵³. Em que pese parte significativa dos autores brasileiros defenda a aplicação de punições mais severas⁵⁴, o judiciário tem mostrado prudência na aplicação da Lei 12.318/2010, em atenção aos interesses dos infantes.

Em sentido diverso ao exposto, Denise Andrade avalia que quando são detectadas acusações de afastamento da criança de um de seus pais, a atuação do poder judiciário deve ser rápida e cautelosa, dado que o desenvolvimento físico e

⁵⁰ BRUCH, Carol S. Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Getting It Wrong in Child Custody Cases. *Family Law Quarterly*, v. 35, 2001, p. 527-552. Disponível em: <<http://www.thelizlibrary.org/liz/bruch.pdf>>, p. 531.

⁵¹ FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. *Revista da Esmesc*, v. 21, n.27, 2014, p. 106.

⁵² *Ibidem*, p. 106.

⁵³ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 134.

⁵⁴ Nesse sentido, ver MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 122. Ver também DIAS, Maria Berenice. Finalmente, Alienação Parental é motivo para prisão. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-05/maria-berenice-dias-agora-alienacao-parental-motivo-prisao>>.

emocional equilibrado do sujeito em desenvolvimento é colocado em risco progressivo, à medida que passa a ser submetido a constantes disputas⁵⁵. Nesse contexto, a identificação da alienação parental mostra-se imprescindível para que medidas preventivas de contenção possam ser tomadas.

Diante do exame até aqui efetuado, observa-se que se por um lado, o rompimento do vínculo conjugal não deve comprometer a continuidade da convivência dos filhos com ambos os genitores, sendo esse um dever do genitor não guardião e um direito garantido à criança e ao adolescente⁵⁶, por outro, a aversão do filho a um dos genitores deve ser levada em consideração quando da determinação de um direito de convivência.

Com o intuito de resolver impasses insertos em acusações de alienação parental, a investigação dos valores envolvidos deve ser criteriosa, em vista a dar prevalência ao princípio que melhor atenda aos interesses da criança. Conforme bem alude o Ministro Ricardo Villas Bôas Cuerva, de acordo com a perspectiva de proteção integral conferida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o infante tem direito à convivência familiar, desde que tal convívio não provoque prejuízos que impeçam seu pleno desenvolvimento⁵⁷. Desse modo, caso o conjunto fático-probatório indique mais danos do que proveitos causados pela convivência com um genitor rejeitado expressamente pela criança, é crucial que ocorra a sua interrupção, ainda que temporária.

Inexiste, portanto, melhor interesse da criança “*in re ipsa*”, sendo que tão somente após a avaliação de todos os atores envolvidos⁵⁸, bem como dos valores enredados, é que se pode diagnosticar a melhor medida para a proteção da criança, a fim de causar-lhe o menor prejuízo possível.

⁵⁵ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). Direito das famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 672.

⁵⁶ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

⁵⁷ STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL: AREsp nº 547.223/RS. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cuerva. In: ULMANN, Alexandra. Da inconstitucionalidade do princípio da culpabilidade presumida nas falsas alegações de abuso sexual. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 131.

⁵⁸ LORENZZETI, Ana Paula. Direito Civil Contemporâneo e Alienação Parental: Uma exegese interdisciplinar da Lei 12.318/2010. Monografia – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, p. 105.

2.3. A DISCUSSÃO SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO NA ALIENAÇÃO PARENTAL

Outro ponto bastante controverso acerca da aplicação da Lei da Alienação Parental diz respeito à sua (im)parcialidade no cerne da entidade familiar. Conforme explica Sousa, os comportamentos de homens e mulheres no que se refere à guarda de filhos após a separação judicial estão relacionados a construções sociais em torno das relações de gênero. Em que pese os avanços no sentido da efetivação da igualdade jurídica e material, os papéis parentais permanecem, ainda hoje, associados a uma visão tradicional, sendo o homem visto como responsável pela manutenção da família e a mulher pelo cuidado dos filhos, fazendo com que esses fatores possam acirrar a contenda entre os ex-parceiros, bem como contribuir para o afastamento do genitor não guardião⁵⁹.

O preconceito de gênero ganha visibilidade no núcleo familiar especialmente quando do divórcio, que atinge de forma muito mais drástica a mulher, tendo em vista que é comum que ela não esteja economicamente ou profissionalmente preparada para tanto⁶⁰. Some-se a isso o fato de que a violência de gênero no âmbito doméstico atinge 40% das mulheres brasileiras, sendo que apenas 2% dos acusados em casos de violência contra a mulher são condenados⁶¹.

A despeito da necessidade de distinção entre os papéis conjugais e parentais, a imersão em uma realidade ainda bastante desigual entre gêneros faz com que existam fronteiras familiares indefinidas, especialmente em situações de violência doméstica e em momentos de transição familiar, que embaraçam o discurso do dever de separação entre conjugalidade e parentalidade.

Sousa expõe que é nessa conjuntura que a versão brasileira sobre a alienação parental chama atenção, uma vez que seu conteúdo tanto reduz a problemática em tela, como estigmatiza mães e filhos em situações conflituosas de rompimento conjugal. Difundidas especialmente por homens-pais que se veem impedidos de

⁵⁹ SOUSA, Analicia Martins de. Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 194 e 195.

⁶⁰ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 50.

⁶¹ PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos das mulheres, família e violência: Reflexões à luz da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). Direito das famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 68.

participar da vida de seus filhos, as publicações tendem a associar a “síndrome” às mães⁶², que geralmente são as guardiãs de fato em razão das condições socioculturais há muito estabelecidas. Demonstra a autora a imprescindibilidade de atenção para o fato de que toda a produção discursiva em torno da alienação parental acaba por disseminar modos de pensar⁶³, enclausurados em preconceções que propiciam discrepâncias dentro do Poder Judiciário.

A inobservância ao princípio da igualdade de gênero – previsto no art. 5º, I, da CF/88 – resta evidente na medida em que pesquisas apontam que 92% dos filhos ficam sob a guarda das mães, 75% das pensões alimentícias não são integralmente solvidas e 50% não são pagas de forma alguma⁶⁴.

Ainda que após a entrada em vigor da Lei da Guarda Compartilhada (Lei nº 13.058/2014), esses números tenham se alterado formalmente, as responsabilidades efetivas sobre os filhos continuam sendo das mães, que agora tornam-se ainda mais vulneráveis em consequência da necessidade de prover financeira e emocionalmente os filhos. Isso porque o apego aos papéis historicamente reservados ao homem e à mulher ainda ocupa o espaço destinado ao melhor interesse da criança e do adolescente, mantendo-se o dever de proteção⁶⁵ como uma extensão própria da mulher.

Nesse ínterim, a alegação de alienação parental, trazida exclusivamente pelo pai em relação à mãe em 66% dos casos⁶⁶, mostra-se uma poderosa ferramenta para desqualificar as mulheres que denunciam abuso sexual ou maus-tratos do outro genitor em relação aos seus filhos⁶⁷. Contribui com essa desigualdade a teoria formulada por Gardner e importada ao poder judiciário brasileiro – ainda que não com a nomenclatura de síndrome –, uma vez que retira a credibilidade da mãe e da criança,

⁶² SOUSA, Analicia Martins de. Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 146.

⁶³ *Ibidem*, p. 146.

⁶⁴ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 50.

⁶⁵ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). Direito das famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 674.

⁶⁶ Em contrapartida, apenas 17% dos casos tem como suposto alienador uma pessoa do sexo masculino. (ANDRADE, Mariana Cunha de; NOJIRI, Sergio. Alienação Parental e o Sistema de Justiça Brasileiro: uma abordagem empírica. Revista de Estudos Empíricos em Direito. v. 3, n. 2, jul. 2016, p. 191).

⁶⁷ FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. Revista da Esmesc, v. 21, n.27, 2014, p. 97.

dando a aparência de que mentem quando acusam o outro genitor de uma prática abusiva⁶⁸.

Em contrapartida, a Lei da Alienação Parental ao compreender o genitor alienador de forma ampla, tem por prerrogativa afastar o preconceito de gênero no sentido de que a pessoa alienadora sempre será a mãe ou a mulher responsável pela criança. Nesse sentido, apesar de não colacionar qualquer fonte que confirme as alegações, nas justificações do Projeto de Lei sobre a alienação parental argumenta-se que “a proporção de homens e mulheres que induzem distúrbios psicológicos relacionados à alienação parental nos filhos tende atualmente ao equilíbrio”⁶⁹. Essa disposição pode ser entendida como uma diretriz a ser seguida com a finalidade de buscar a igualdade progressiva entre os papéis assumidos pelos genitores no núcleo familiar.

Conforme analisado, a interface entre direito e psicologia mostra-se imprescindível para a tentativa de buscar soluções que permitam a aplicação da Lei 12.318/2010 em consonância com os princípios do melhor interesse da criança e da igualdade de gênero, afastando resultados simplistas que reduzam o enredamento das práticas alienatórias.

Após realizada uma abordagem principiológica da alienação parental a partir de visões diversas acerca do assunto, importante analisar criticamente a Lei 12.318/2010, empreendendo considerações acerca dos mecanismos de proteção da criança e do adolescente.

⁶⁸ SOTTOMAYOR, Maria Clara. Uma análise crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. Revista Julgar. Coimbra, nº. 13, p. 88.

⁶⁹ BRASIL. Projeto de Lei n. 4.053, de 2008. Dispõe sobre a Alienação Parental. Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/alienacao-parental.pdf>>, p. 3.

3. ANÁLISE CRÍTICA DA LEI 12.318/2010: DA PROMULGAÇÃO À POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO

3.1. INTERPRETAÇÃO LEGISLATIVA SOB O ENFOQUE DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Não obstante a preocupação com a proteção da criança e do adolescente ter surgido muito antes, foi apenas com a promulgação da Lei nº 12.318, em agosto de 2010, que passou a haver no Brasil a tipificação dos atos de alienação parental, disciplinando situações existentes dentro das demandas familiares e aplicando sanções àqueles que praticam essas condutas⁷⁰. Atento à necessidade do exercício saudável da paternidade, sob pena de diversas consequências emocionais à criança, o Poder Judiciário passou a contar com respaldo legal para interferir nas relações familiares em que houvesse acusação de abuso da autoridade parental.

3.1.1 Conceito e caracterização

A fim de apontar o conteúdo normativo e conceituar os atos alienatórios, os artigos iniciais da Lei 12.318/2010 trazem uma definição precisa acerca da alienação parental:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a alienação parental.

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Da leitura dos dispositivos, extrai-se que enquanto o artigo 1º informa o teor da Lei, o artigo 2º traz uma descrição legal do ato de alienação parental. Referido fenômeno consubstancia-se na atuação de um sujeito, denominado alienador, que passa a praticar atos depreciativos para com o outro, denominado alienado, por meio

⁷⁰ BARUFI, Melissa Telles. Alienação Parental – Interdisciplinaridade: um caminho para o combate. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 56.

da criança ou adolescente. Diz respeito, portanto, a uma atuação por parte do alienador que busca turbar a formação da percepção social e relacional da criança⁷¹.

Para Ferreira e Enzweiler, em uma análise superficial, os dispositivos em tela trazem a impressão de uma definição bastante cuidadosa e neutra acerca da alienação parental, atentando-se para não utilizar o termo “síndrome” em qualquer momento, considerando as críticas anteriormente mencionadas. Entretanto, ao se realizar um exame mais aprofundado da questão, efetuando um cotejo da doutrina, jurisprudência, bem como da própria justificação do Projeto de Lei⁷², resta evidenciada a não distinção legal entre alienação parental e síndrome, o que propicia um verdadeiro desacerto científico e oportuniza ao judiciário a adoção de diversas práticas punitivas introduzidas pelo modelo concebido por Gardner⁷³ que vão de encontro ao princípio do melhor interesse da criança, conforme verificado em capítulo precedente.

Assim como a proposta de Gardner, a abordagem legislativa percebe tão somente a conduta do alienador, ignorando o comportamento da criança ou os motivos que a levaram a agir com repúdio em relação a um dos genitores. Entende Perez⁷⁴ que, ao menos da forma como a lei foi elaborada, não é necessário que haja efetiva repulsa da criança ou adolescente contra o genitor alvo do processo de alienação, bastando o prejuízo ao estabelecimento ou manutenção de vínculos entre ambos.

Entretanto, conforme anteriormente exposto, ao desconsiderar a perspectiva dos demais envolvidos, minimiza-se a complexidade da relação familiar, potencializando a adoção de intervenções judiciais inapropriadas que acabam por agravar o conflito, bem como reforçar comportamentos que poderiam ser eliminados a partir de métodos mais simples e eficazes⁷⁵. Nesse sentido enfatiza-se a necessidade de adoção de uma compreensão que perceba a completude da

⁷¹ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 42.

⁷² BRASIL. Projeto de Lei N 4.053, de 2008. Dispõe sobre a Alienação Parental. Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/alienacao-parental.pdf>>.

⁷³ FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. *Revista da Esmesc*, v. 21, n.27, 2014, p. 115.

⁷⁴ PEREZ, Elizio Luiz. Breves Comentários acerca da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010) apud LORENZZETI, Ana Paula. *Direito Civil Contemporâneo e Alienação Parental: Uma exegese interdisciplinar da Lei 12.318/2010*. Monografia – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, p. 75.

⁷⁵ *Ibidem*, p.76.

alienação parental, a partir da avaliação de todas as partes envolvidas. Para Rovinski, a busca de soluções para as dificuldades encontradas na determinação da alienação parental passa por uma postura mais compreensiva e menos punitiva, a partir da ampliação da assimilação do problema de forma dinâmica, extrapolando o foro judicial e buscando nas partes envolvidas e em seu relacionamento a origem do fenômeno⁷⁶.

Dessa forma, a possível existência de alienação parental em processos que envolvem disputas de guarda e direito de convivência não pode ser abordada de forma que, frente a toda e qualquer alegação contra um dos genitores, reste configurada a campanha depreciativa, tendo em vista que as acusações podem ser verdadeiras⁷⁷. Apenas com o esforço de buscar a origem do litígio e suas soluções – dentro do rol exemplificativo disposto nos incisos do art. 2º e fora dele –, por meio da disposição de uma equipe interdisciplinar no juízo, é que poderá haver efetiva tutela da criança e do adolescente, sempre em busca dos seus melhores interesses.

Como ponto positivo da definição legal contida no art. 2º, Douglas Phillips Freitas ressalta o fato de que não há presunção de que a alienação parental seja empreendida tão somente pelo genitor guardião, podendo sua prática ser levada a efeito por qualquer pessoa que possa se valer da sua autoridade parental ou afetiva com o intuito de prejudicar um dos genitores⁷⁸. Para o autor, a Lei também preserva o caminho inverso, ou seja, quando avós, tios e demais parentes sofrem atos alienatórios praticados pelos genitores, levando em conta o reconhecimento legal do direito de convivência a esses parentes⁷⁹, nos termos do parágrafo único do art. 1.589 do CCB. Dessa forma, em que pese o homem-genitor ser a vítima mais comum das práticas alienatórias, a mãe-genitora e outros parentes, como avós e tios, que participam do desenvolvimento da criança, também podem ser vitimados⁸⁰.

⁷⁶ ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Repensando a Síndrome de Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 88.

⁷⁷ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 45.

⁷⁸ FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, E-book sem paginação. “O rol do art. 2.º da Lei de Alienação Parental é exemplificativo, tanto o conceito como as hipóteses e os sujeitos que podem incorrer na prática de alienação, não se restringindo apenas aos genitores, mas levando a vedação de tal prática a tios, avós, padrinhos, tutores, enfim, todos os que possam se valer de sua autoridade parental ou afetiva com o intuito de prejudicar um dos genitores”.

⁷⁹ *Ibidem*, E-book sem paginação.

⁸⁰ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). Direito das famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 678.

A fim de garantir maior grau de segurança, o parágrafo único do art. 2º apresenta um rol exemplificativo de condutas que são reconhecidas como alienação parental e amplia sua definição para todos aqueles atos constatados pelo julgador ou pela perícia:

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós (BRASIL, 2010).

Por ser praticamente impossível determinar a motivação para as condutas alienatórias, o legislador elaborou um rol não exaustivo que serve como subterfúgio legislativo para delinear exemplos práticos de alienação parental. Diante da extrema gravidade das sanções impostas àquele que promove a alienação parental, a análise deve ser efetuada a partir do caso concreto, sob pena de engessar as situações. Nos parágrafos que seguem, será feita uma breve contextualização acerca dos incisos apresentados.

De acordo com Ana Carolina Carpes Madaleno e Rolf Madaleno, o inciso I é o de menor incidência processual e diz respeito ao ato de desqualificação pessoal do genitor que não está no exercício efetivo de sua parentalidade, possibilitando que a criança ou o adolescente entenda que esse genitor não teria as mínimas condições para exercer os cuidados necessários⁸¹. Essa conduta de desqualificação é capaz de fazer com que o progenitor injuriado assumo o papel que lhe é atribuído, resultando em afastamento e sentimento de incapacidade pessoal para o exercício da guarda⁸².

Os incisos II, III e IV, por sua vez, podem ser analisados de forma conjunta, porque tratam da dificuldade gerada pelo genitor alienador para que o alienado reste

⁸¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 104.

⁸² *Ibidem*, p. 104.

impedido de exercer suas funções parentais, que dizem respeito aos direitos-deveres decorrentes do instituto da filiação⁸³. A contínua desautorização promovida pelo alienador quanto às determinações do genitor alienado tolhe desse a autoridade parental e cria na criança a ideia de que somente as condutas ditadas pelo alienador é que devem ser respeitadas, podendo ignorar os comandos do ascendente alienado⁸⁴. Como consequência da dificuldade no exercício da autoridade parental, há um afastamento do outro genitor em relação à vida da criança.

Importante observar que para além do dever de guarda e sustento dos filhos, o art. 21 do ECA complementa que a autoridade parental deve ser exercida em igualdade de condições pelo pai e pela mãe. Isso ocorre em razão da separação dos pais alterar apenas o estado conjugal e não a titularidade dos direitos-deveres que decorrem do estado de filiação⁸⁵. Dessa forma, enquanto aquele que detém a guarda possui o dever de não embaraçar as relações do filho com o outro genitor, o progenitor que não reside com a criança tem o direito e o dever de vigilância, assegurando e assistindo seus melhores interesses, nos termos do art. 227 da CF/88.

Já o inciso V tem por objetivo caracterizar como ato de alienação parental o afastamento de um dos genitores da participação de momentos importantes da vida da criança ou do adolescente, transmitindo-lhe a sensação de abandono. Uma das maiores críticas ao inciso em tela diz respeito à sua obsolescência em relação à omissão das informações escolares. Para Douglas Phillips⁸⁶, esse problema encontra-se solucionado com o advento de duas normas: a primeira diz respeito à Lei da Guarda Compartilhada (nº 13.058/2014), que alterou o CCB em seu art. 1.634, inciso I, e passou a dispor que compete a ambos os pais dirigir a criação e a educação dos filhos. A segunda norma referida pelo autor se trata da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996, alterada pela Lei nº 12.013/2009), que incluiu o inciso VII no art. 12 e passou a dispor que incumbe aos estabelecimentos

⁸³ *Ibidem*, p. 106.

⁸⁴ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 55

⁸⁵ MADALENO, *op. cit.* p. 106.

⁸⁶ FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, E-book sem paginação. “Importante salientar que dentre os exemplos de alienação parental arrolados na lei, como o de omitir informações escolares, tal problema encontra-se solucionado com advento de duas normas, a nova lei da guarda compartilhada (13.058/2014) e a reforma da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – alterada pela Lei 12.013, de 6 de agosto de 2009)”.

de ensino informar tanto o pai, quanto a mãe, conviventes ou não com seus filhos, acerca das questões escolares relevantes.

Um dos pontos mais polêmicos da Lei 12.318/2010, o inciso VI dispõe acerca das denúncias contra um genitor em razão de maus tratos ou de abuso sexual. Adverte Maria Berenice Dias⁸⁷, que o incesto é de difícil comprovação, dado que se trata de prática que costuma ocorrer no núcleo familiar, bem como considerando que a prova, muitas vezes, limita-se ao confronto da palavra de um adulto com a de uma criança, que possui grande dificuldade em relatar o ocorrido. Por outro viés, a autora expõe que é comum que ocorram falsas denúncias de abuso sexual, utilizadas como instrumento de vingança, especialmente em processos que envolvem divórcio e guarda. Esse fenômeno passou a ser denominado de “síndrome das falsas memórias”, de acordo com o qual o alienador incute na criança ou no adolescente relatos de fatos inverídicos, induzindo-o a acreditar que efetivamente ocorreram⁸⁸.

Para Eduardo de Oliveira Leite, a gravidade das falsas imputações de abuso sexual pode ser percebida na medida em que, além de destruir o genitor alienado – que sofrerá punições diretas advindas do Estado, e indiretas por parte da sociedade – também é um tema que gera desconforto aos profissionais que atuam nos processos de família, sendo a investigação extremamente limitada. A falsa denúncia, então, desnorreia os operadores do direito, incapazes de apurar adequadamente os fatos alegados⁸⁹.

Entretanto, em sentido diverso ao parágrafo anterior, estudos acerca do tema⁹⁰ comprovam que em metade dos casos é reconhecida a existência de abuso e que somente em 5% das denúncias restou comprovado que houve intencionalmente falsas alegações. Ainda, em um terço dos processos analisados não se chegou a uma conclusão acerca da existência do abuso. Uma das consequências mais nefastas da Lei 12.318/2010 é a de que nos processos que envolvem denúncias de abuso sexual

⁸⁷ DIAS, Maria Berenice. Incesto e o Mito da Família Feliz. In: _____. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 332.

⁸⁸ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 111.

⁸⁹ LEITE, Eduardo de Oliveira. Alienação Parental: A tragédia revisitada. Revista de direito de Família e das Sucessões, v. 1/2014, jul./set. 2014, p. 65.

⁹⁰ Trata-se de levantamento feito a partir de serviço prestado junto às Varas de Família e Sucessões do Fórum Central da cidade de São Paulo e descrito por Sidney Shine (Abuso sexual de crianças, p. 235, in: DIAS, *op. cit.*, p. 333).

a alegação de que se trata de mero ato de alienação parental tornou-se instrumento de defesa de genitores que pretendem se esquivar das acusações de abuso⁹¹.

Nesse sentido, Maria Clara Sottomayor⁹² expõe que uma pesquisa norte-americana feita sobre 9.000 divórcios demonstra que não há uma epidemia de denúncias de abuso sexual, posto que tais alegações feitas dentro de processos de divórcio ou de guarda não apresentam maior probabilidade de serem falsas quando comparadas a outros contextos ou a outros crimes. Para a autora, a tipificação relativamente recente do abuso sexual e o aumento das denúncias passaram a criar na sociedade, habituada a ver a família e o casamento de forma romantizada, a ideia de que a criança e a mãe estão a mentir, fazendo com que as vítimas sejam ainda mais desacreditadas⁹³.

Por fim, o inciso VII informa que a alteração imotivada e abrupta de domicílio para local distante por parte do genitor guardião, de forma a dificultar ou a impedir a convivência da criança com o outro genitor, configura ato alienatório. Insta salientar que não há óbice à alteração do domicílio do progenitor que detém a guarda da criança ou do adolescente em razão do trabalho ou de interesses profissionais e familiares. O que o supramencionado artigo visa a coibir, ao contrário, é a restrição geográfica criada pelo alienador ao trocar seu domicílio sem prévio aviso, privando o outro genitor de contato com a criança⁹⁴.

3.1.2 Da proteção à Dignidade da Pessoa Humana e da possibilidade de indenização por danos morais

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Em comunicação ao embate principiológico enfrentado no capítulo anterior, examina-se os princípios intrínsecos ao artigo em tela, bem como as consequências

⁹¹ *Ibidem*, p. 333.

⁹² SOTTOMAYOR, Maria Clara. Uma análise crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família. Revista Julgar. Coimbra, nº. 13, p. 87.

⁹³ *Ibidem*, p. 95.

⁹⁴ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 117-118.

de sua não observância. De início, oportuno observar que esse dispositivo tem por escopo salvaguardar o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, uma vez que a manipulação do infante contra o alienado acaba por prejudicar seu desenvolvimento saudável. Também o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente – decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana – é resguardado pelo ordenamento jurídico, sendo que tanto o art. 3º do ECA, como o art. 227 da CF/88, percebem a criança como vulnerável e titular de direitos fundamentais que lhe devem ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado⁹⁵.

Desrespeitados quaisquer desses princípios, torna-se possível o ressarcimento do prejuízo, bem como a proibição de que novas práticas semelhantes sejam perpetradas. Nesse sentido, o artigo em exame opõe-se à conduta do alienante na medida em que viabiliza a propositura de ação de indenização por danos morais contra aquele que causou prejuízos, para além da interposição de medidas de cunho inibitório dessas práticas⁹⁶. Isso porque qualquer ato contrário ao interesse da criança constitui abuso de direito, conforme artigo 186 do CCB, sendo passível de ressarcimento.

Eduardo de Oliveira Leite interpreta o texto constante no art. 3º da Lei como em consonância com os princípios do Direito das Famílias, uma vez que o dispositivo faz ressalva à preservação do afeto como elemento determinador das relações familiares e coíbe os abusos da tutela e da guarda ao responsabilizar a autoridade parental que pratica atos alienatórios⁹⁷.

Nesse momento, oportuno distinguir o direito ao dano moral decorrente de abuso moral daquele resultante do abandono afetivo. Para Caroline Buosi, este último ocorre quando a criança ou adolescente é abandonado pelo genitor, sendo privado do direito de convivência e de apoio psicológico⁹⁸. De acordo com a autora, o advento da Lei da Alienação Parental não tem por escopo possibilitar o pedido de indenização por danos morais diante do abandono afetivo, em virtude de não ser possível indenizar o desamor. Ao contrário, o que a Lei possibilita é a compensação das condutas

⁹⁵ *Ibidem*, p. 119.

⁹⁶ FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, E-book sem paginação. “O art. 3.º da Lei da Alienação Parental subsidia a conduta ilícita (e abusiva) por parte do alienante, que justifica a propositura de ação por danos morais contra ele, além de outras medidas de cunho ressarcitório ou inibitório por (e de) tais condutas”.

⁹⁷ LEITE, Eduardo de Oliveira. Alienação Parental: A tragédia revisitada. Revista de direito de Família e das Sucessões, v. 1/2014, jul./set. 2014, p. 65-66.

⁹⁸ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 123.

alienatórias que se caracterizam como abuso moral. Nesse sentido, são titulares desse direito tanto o infante, quanto o genitor alienado⁹⁹.

3.1.3 Das normas processuais

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

O art. 4º da Lei 12.318/2010, ao dispor acerca de normas processuais, informa que o instituto da alienação parental pode ser trazido ao judiciário por meio de ação ordinária própria ou de maneira incidental, após requerida sua averiguação dentro de outro processo¹⁰⁰. A lei ainda estabelece a tramitação prioritária a esses processos, a fim de evitar o transcurso do tempo como agravante do processo alienatório. Importante ressaltar, neste ponto, que o direito ao contraditório não é cerceado com a concessão de medidas provisórias, mas é apenas postergado.

Com o escopo de preservar a integridade psicológica da criança e do adolescente, este dispositivo permite uma atuação ágil do Poder Judiciário quando houver alerta da existência de alienação parental, a qualquer tempo e grau de jurisdição. Entretanto, enquanto a possibilidade de adoção de medidas provisórias por parte do magistrado e do *Parquet* prescinde de qualquer dúvida, uma vez que tais deveres são albergados pelos arts. 227 e 127 da CF/88, respectivamente, não se pode dizer o mesmo quanto à oportunidade e adequação da adoção de medidas provisórias nos casos de alienação parental¹⁰¹. Isso porque a identificação correta do fenômeno exige um nível de cognição muito mais aprofundado do que aquele demandado para concessões facilmente verificáveis de medidas antecipatórias do provimento final. Nesse sentido, deve haver um exame pormenorizado do contexto em que foram

⁹⁹ *Ibidem*, p. 104.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 125.

¹⁰¹ LORENZZETI, Ana Paula. Direito Civil Contemporâneo e Alienação Parental: Uma exegese interdisciplinar da Lei 12.318/2010. Monografia – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, p. 81.

praticados os supostos atos alienatórios, a fim de diferenciá-los de falhas pontuais existentes em exercícios normais da parentalidade¹⁰².

Para além disso, não basta que o magistrado profira decisão que atenda tão somente o ponto específico sobre o qual versa a discussão. É preciso que encontre uma solução capaz de impedir o surgimento de novos conflitos, evitando que a decisão implique na dissolução de quaisquer dos vínculos pessoais, ou, ao menos, que agrave os rompimentos já ocorridos¹⁰³.

A atuação preventiva da autoridade judicial, desde que munida de instrumentos adequados, portanto, mostra-se adequada para a garantia do exercício da parentalidade. Contudo, sempre que detectada qualquer forma de prejuízo ao infante, seja físico ou emocional, demonstrado por avaliação psicológica, faz-se necessária a interrupção da determinação provisória de reaproximação, em observância à proteção integral da criança e do adolescente¹⁰⁴.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas.

A dificuldade em comprovar a existência do abuso faz com que o parágrafo único do art. 4º deva ser aplicado com atenção. Conquanto vise atender às hipóteses em que o direito de convivência do genitor denunciado é suspenso em razão de uma denúncia de abuso, a opção pelas visitas monitoradas não se mostra como a solução mais eficaz, ainda que seja mais comedida. Isso porque a determinação desse modelo de visitas, quando a denúncia é falsa, pode reforçar na criança a ideia de que o alienado é uma pessoa perigosa, que deve ser visitada tão somente com acompanhamento, fazendo com que se afaste ainda mais afetivamente¹⁰⁵. Quando a denúncia for verdadeira, por sua vez, mas ainda não tiver sido feita a devida colheita de provas, a determinação de visitas, ainda que monitoradas, pode trazer prejuízos

¹⁰² PEREZ, Elizio Luiz. Breves Comentários Acerca da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010), apud LORENZZETI, *ibidem*, p. 81.

¹⁰³ TARTUCE, Fernanda. Indícios e Urgência em Demandas Sobre Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 254.

¹⁰⁴ STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL: AREsp nº 547.223/RS. Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. In: ULMANN, Alexandra. Da inconstitucionalidade do princípio da culpabilidade presumida nas falsas alegações de abuso sexual. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 131-132.

¹⁰⁵ LORENZZETI, *op. cit.*, p. 83.

severos ao desenvolvimento do infante. Fundamental, portanto, a ressalva disposta neste parágrafo único, no sentido de excluir a visita assistida nos casos em que há risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança.

3.1.4 Da Perícia Psicológica e Biopsicossocial

Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

§ 3º O perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

Conforme analisado em capítulo anterior, a identificação dos atos de alienação não deve ficar a cargo exclusivamente do magistrado, necessitando contar com o auxílio técnico de especialistas para compreender e interpretar os fatos que estão envolvidos no litígio¹⁰⁶. A interdisciplinaridade se mostra fundamental diante do frequente desconhecimento de parte significativa dos operadores do direito, que não conseguem manejar de forma eficaz os dispositivos trazidos pela Lei 12.318/2010. Nesse sentido, o art. 5º incorporou uma nova visão de conhecimento, reconhecendo que o direito não é uma ciência distante e autossuficiente, mas que necessita de rede complexa de saberes para estar em conformidade com as alterações sociais¹⁰⁷.

Para além disso, imprescindível que ambas as partes envolvidas sejam entrevistadas, conforme preceitua o §1º do artigo em exame, porquanto participaram ativamente de fatos os quais o magistrado não pôde estar presente. A ampla avaliação psicológica prevista neste parágrafo tem por finalidade esculpir, da forma mais

¹⁰⁶ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 132.

¹⁰⁷ BARUFI, Melissa Telles. Alienação Parental – Interdisciplinaridade: um caminho para o combate. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 64.

verossímil possível, o quadro trazido pelas partes, em conformidade à compreensão ampliada da alienação parental.

Em relação ao §2º, sem embargo da determinação legal no sentido de que os profissionais devem possuir aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental, Denise Duarte Bruno observa que no Brasil não há profissionais especializados suficientemente para o diagnóstico e distinção entre essas condutas e outros motivos que justificam a recusa da criança ou adolescente em conviver com o genitor supostamente alienado¹⁰⁸. Exposto em capítulo anterior, o método atualmente utilizado em grande parte do território nacional propicia uma revitimização constante, fazendo com que o depoimento da criança ou do adolescente tenham validade reduzida.

Já o prazo de 90 (noventa) dias, previsto no §3º, para que o perito ou equipe multidisciplinar apresentem os laudos, se justifica pelo princípio da celeridade processual, em razão da matéria de alienação parental, na qual a variável tempo é fundamental para a restituição de vínculos eventualmente afetados¹⁰⁹. Importante ressaltar, por fim, que o laudo pericial apresentado, ainda que relevante para embasar a decisão, não vincula o entendimento do magistrado, que pode decidir em sentido diverso ante o livre convencimento motivado, nos termos do art. 479 do Código de Processo Civil (CPC).

Propostas como o depoimento especial, bem como a especialização e integração entre os profissionais, a partir de uma equipe interdisciplinar, e não meramente multidisciplinar¹¹⁰, mostram-se caminhos factíveis para se chegar a uma conclusão mais acertada acerca da existência ou não de alienação parental.

¹⁰⁸ BRUNO, Denise Duarte. Abrindo os olhos para verdadeiros relatos e falsas memórias. In: DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 121.

¹⁰⁹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. *Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 130.

¹¹⁰ De acordo com Daltoé Cezar, a sistemática presente no Projeto Especial do depoimento sem dano altera significativamente a atuação dos profissionais envolvidos, uma vez que as tarefas desenvolvidas anteriormente de maneira multidisciplinar, em que cada um trabalhava isoladamente na sua especialidade, passaram a ser exercidas em um modelo interdisciplinar, que continua mantendo as especialidades, mas, ao exigir um trabalho conjunto, acaba permitindo que os profissionais dominem conhecimentos de outras áreas (CEZAR, José Antônio Daltoé. *A inquirição de crianças vítimas de abuso sexual em juízo*. In: DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 185).

3.1.5 Dos instrumentos para coibir a alienação parental

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Após detectada a alienação parental por meio da perícia psicológica ou biopsicossocial – método mais complexo que envolve a avaliação por equipe médica, psicológica e social –, dependendo do seu estágio, diferentes intervenções legais podem ser implementadas objetivando interromper e anular os atos inadequados, bem como reaproximar a criança ou adolescente do genitor alienado. Importante, ainda, observar, que os incisos deste artigo são *numerus apertus*, não esgotando a possibilidade de aplicação de outras medidas que permitam o fim ou a redução dos efeitos da alienação parental¹¹¹, podendo o magistrado, pelo princípio da instrumentalidade, cumular duas ou mais medidas que entender necessárias¹¹².

Ao se realizar um exercício hermenêutico a partir da ideia de que o objetivo da Lei 12.318/2010 não é a punição, mas a preservação do melhor interesse da criança e do adolescente, as medidas dispostas no referido artigo não devem ser utilizadas como instrumento de vingança, sendo papel do magistrado impedir que sejam utilizadas para esse fim. Cláudia Galiberne Ferreira e Enzweiler¹¹³ percebem

¹¹¹ FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, E-book sem paginação. “Assim, os incisos do art. 6.º da Lei da Alienação Parental são *numerus apertus*, ou seja, trata-se de um rol exemplificativo de medidas, não esgotando, de forma alguma, outras que permitam o fim ou a diminuição dos efeitos da Alienação Parental, como aduz o próprio *caput* do artigo”.

¹¹² BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. *Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 132.

¹¹³ FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. *Revista da Esmesc*, v. 21, n.27, 2014, p. 106.

que o desejo por uma punição severa ao alienante acaba por desconsiderar o impacto dessas imposições a longo prazo no desenvolvimento da criança, fazendo com que a sanção ultrapasse os limites da responsabilidade pessoal e atinja a quem se pretendia proteger.

A inobservância ao princípio da personalidade da pena faz com que parte significativa da doutrina¹¹⁴ defenda a possibilidade de prisão como medida sancionatória ao alienador, apesar do veto presidencial ao art. 10 da Lei de Alienação Parental (LAP), que previa sanção penal ao genitor que apresentasse falsas denúncias¹¹⁵. Nessa esteira, em 2016 foi apresentado o Projeto de Lei nº 4.488, que tem por objetivo acrescentar parágrafos e incisos ao art. 3º da LAP, a fim de criminalizar essa prática¹¹⁶. Em sua justificção, argumenta-se que “em mais de 80% das relações entre pais separados ocorre a prática da alienação parental, sendo comum o manejo falso da Lei Maria da Penha e de denúncias de abuso sexual”. Apesar de apresentar dados impactantes acerca do fenômeno, o Projeto de Lei, de autoria do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá do Partido Progressista (PP), não informa as fontes das pesquisas referidas.

Abandonando a perspectiva meramente punitivista do artigo e as tentativas de criminalização – até porque o Estatuto da Criança e do Adolescente já contempla punições nesse sentido em seu art. 236 – a compreensão da alienação parental a partir da avaliação de todos os atores envolvidos, conforme examinado previamente, pode direcionar uma adequada aplicação das medidas previstas neste artigo. Dessa forma, a finalidade de reestabelecimento do vínculo paterno-filial e de prevenção às condutas alienatórias pode ser atingida quando observadas as medidas previstas nos incisos I, II, e III, quais sejam, a advertência, a ampliação do direito de convivência e

¹¹⁴ De acordo com a Professora Priscila Corrêa da Fonseca, as providências judiciais variam conforme o grau em que se encontra o estágio de alienação parental e, dependendo da gravidade do comportamento do genitor alienante, podem chegar à prisão (FONSECA, Priscila M.P. Corrêa. Síndrome da Alienação Parental. Disponível em: <<http://priscilafonseca.com.br/sindrome-da-alienacao-parental-artigo-publicado-na-revista-do-cao-civel-no-15-ministerio-publico-do-estado-do-para-jandez-2009-revista-ibdfam-ano-8-no-40-f/>>). Também defende a possibilidade da decretação da prisão para genitores que praticam atos de alienação parental Maria Berenice Dias (DIAS, Maria Berenice. Finalmente, Alienação Parental é motivo para prisão. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr-05/maria-berenice-dias-agora-alienacao-parental-motivo-prisao>).

¹¹⁵ SOUSA, Analicia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Síndrome de Alienação Parental: da Teoria Norte-Americana à Nova Lei Brasileira. Psicologia: Ciência e Profissão. Rio de Janeiro, 2011, vol. 31, n.2, p. 276.

¹¹⁶ BRASIL. Projeto de Lei n. 4.488, de 2016. Acrescenta parágrafos e incisos ao art. 3º da Lei 12.318/2010 que dispõe sobre a Alienação Parental. Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1435286&filename=PL+4488/2016>.

multa – desde que não existam indícios de violência ou de “baixas habilidades parentais”¹¹⁷ por parte do genitor supostamente alienado. Em relação à ampliação do regime de convivência em favor do alienado, para que a medida seja positiva, a autoridade judicial deve tomar a cautela de ampliar as visitas de forma gradual, a fim de garantir um relacionamento saudável e sem mudanças abruptas¹¹⁸. Já a sanção pecuniária mostra-se adequada na medida em que atinge de modo direto tão somente o alienador e sua situação financeira, compelindo-o a cumprir com o dever de permitir o acesso do alienado à criança ou adolescente¹¹⁹.

O acompanhamento psicológico ou biopsicossocial, previsto no inciso IV do referido artigo, também se mostra eficaz, pois consegue minorar os efeitos da alienação parental. Importante sublinhar que tal acompanhamento não se restringe à criança ou ao adolescente, uma vez que o alienador geralmente é quem mais necessita do auxílio terapêutico, devendo a previsão ser ampliada para abarcar e compelir o acompanhamento psicológico a todas as partes¹²⁰. Para Freitas, a eficácia dessa imposição é verificada mesmo que a parte obrigada ao acompanhamento apenas o faça para evitar o pagamento de multa, dado que o profissional possui instrumentos adequados para atuar nesses casos, fazendo com que as partes apresentem avanços de qualquer forma¹²¹.

O inciso V, por sua vez, que determina a alteração da guarda unilateral para a compartilhada, ou sua inversão, mostra-se inócuo em quaisquer de suas inclinações. Isso porque o advento da Lei 13.058/2014 (Lei da Guarda Compartilhada) supriu o conteúdo da primeira parte do inciso, tendo em vista que determina, como regra, a guarda compartilhada, fazendo com que exista a divisão de responsabilidades

¹¹⁷ GOMIDE, Paula Inez Cunha; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Diálogos Interdisciplinares acerca da Alienação Parental. In: GOMIDE, Paula Inez Cunha. Introdução à psicologia forense. Curitiba: Juruá, 2016, p. 102.

¹¹⁸ LORENZZETI, Ana Paula. Direito Civil Contemporâneo e Alienação Parental: Uma exegese interdisciplinar da Lei 12.318/2010. Monografia – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, p. 90

¹¹⁹ LEITE, Eduardo de Oliveira. Alienação Parental: A tragédia revisitada. Revista de direito de Família e das Sucessões, v. 1/2014, jul./set. 2014, p. 10

¹²⁰ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 136.

¹²¹ FREITAS, Douglas Phillips. Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, E-book sem paginação. “Embora haja discordância entre os profissionais da saúde mental, a eficácia de tal imposição, mesmo que a parte impelida a se inserir em tal acompanhamento participe apenas para não ter que pagar futuramente a multa fixada, terá, de uma forma ou outra, avanço em seu quadro, pois o profissional multidisciplinar possui instrumentais eficazes para atuar nestes casos”.

entre os genitores¹²², independentemente de todas as críticas que podem ser tecidas à eficácia dessa modalidade de guarda. Já a segunda parte do dispositivo, que se refere à inversão da guarda, é ineficaz na medida em que, conforme anteriormente exposto, acaba por punir e culpar a criança, que comumente possui vínculo intenso com o alienador¹²³, em desatenção ao princípio do melhor interesse e da proteção integral à criança.

Para Paula Gomides e Ana Carla Harmatiuk Matos, a guarda compartilhada e sua imposição a partir da Lei 13.058/2014, bem como a possibilidade de reversão da modalidade anteriormente determinada, não necessariamente contribuem para melhor readequar o papel de cada indivíduo no núcleo familiar. Ao contrário, os resultados positivos diante de disputas judiciais pela guarda perpassam por uma amplitude de profissionais empenhados em prevenir a incidência da alienação parental, a partir de uma adequação e equilíbrio das responsabilidades parentais¹²⁴.

Figueiredo e Alexandridis, por sua vez, ponderam que, dentre as medidas dispostas no ordenamento, a reversão da guarda da criança ou do adolescente mostra-se como a de maior contundência. Por essa razão, essa não deve ser uma primeira providência a ser tomada pelo magistrado ao se deparar com indícios de alienação parental¹²⁵. Nesse sentido, apenas em casos extremos, após avaliação psicológica pormenorizada, em que reste comprovado que a permanência da criança com o genitor alienador causa mais prejuízos do que o rompimento dos vínculos afetivos, é que poderia haver a reversão da guarda.

Outros autores, de modo diverso, e com os quais aqui não se coaduna, percebem a transferência da guarda e a suspensão do contato com o alienador como medidas positivas para que as condutas inadequadas não sejam reforçadas. Ana Carolina Madaleno e Rolf Madaleno, nesse sentido, interpretam que muito embora os tribunais hesitem em deferir a alteração de guarda por entenderem que isso seria prejudicial à criança, que teria suas rotinas e referências alteradas, desencadeando transtornos de ordem emocional, tais adversidades não seriam maiores do que os

¹²² *Ibidem*, E-book sem paginação.

¹²³ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. *Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 136, p. 134.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 117.

¹²⁵ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 79.

desgastes emocionais que essas crianças já sofrem enquanto permanecem na “teimosa companhia do alienador”¹²⁶.

Adiante na análise dos dispositivos, a fixação cautelar do domicílio da criança, referida no inciso VI, foi prevista pelo legislador com o intuito de impedir a alteração de domicílio do genitor guardião para locais distantes, que tem por objetivo frustrar a convivência da criança com o alienado¹²⁷. Tal providência deve ser empregada tão somente quando houver indícios de que a mudança foi imotivada, não havendo impedimentos para que o genitor guardião altere seu domicílio em razão de oportunidades profissionais ou familiares.

A suspensão do exercício da autoridade parental, prevista no inciso VII, em muito se aproxima à “terapia da ameaça” proposta por Gardner, ao impedir a criança de ter contato com um de seus genitores. Para Buosi, a incidência do art. 1.638, IV, do CCB, que prevê a destituição do poder familiar, é inadmissível nos casos de alienação parental, em que pese alguns autores a admitirem¹²⁸. Vislumbra-se que essas providências não se mostram adequadas para inibir condutas alienatórias, figurando como medidas de coerção ou violência comparáveis aos próprios atos de alienação parental, indo de encontro aos interesses da criança e do adolescente¹²⁹.

Por fim, aplicável em conjunto com a fixação cautelar de domicílio, multa e modificação de guarda, o parágrafo único do art. 6º possibilita ao juiz inverter a obrigação de levar ou retirar a criança da residência do genitor guardião, a fim de permitir a alternância dos períodos de convivência familiar¹³⁰. Tal previsão mostra-se acertada, principalmente quando há descumprimento das determinações acerca do período de convivência ou quando o genitor alienador muda seu domicílio sem comunicar ao outro.

3.1.6 Da guarda preferencial ao genitor que viabiliza a convivência

¹²⁶ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 145-146.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 145.

¹²⁸ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 133-134.

¹²⁹ PEREZ, Elizio Luiz. Breves Comentários Acerca da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010), apud LORENZZETI, Ana Paula. Direito Civil Contemporâneo e Alienação Parental: Uma exegese interdisciplinar da Lei 12.318/2010. Monografia – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013, p. 93.

¹³⁰ BUOSI, *op. cit.*, p. 137.

Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.

A decisão acerca da fixação da guarda não opera coisa julgada material, possibilitando sua alteração a qualquer tempo. Desse modo, em consonância com o art. 7º da Lei, o genitor que detém a guarda, mas que pratica alienação parental, pode ter esse direito-dever modificado¹³¹.

Relevante registrar que até 2014 o artigo em discussão reproduzia parte do art. 1.583, §2º do CCB, o qual teve sua redação inicialmente conferida pela Lei 11.698/2008, que determinava que a guarda unilateral fosse exercida pelo genitor que revelasse melhores condições para tanto. Contudo, com o advento da Lei 13.058/2014 (Lei da Guarda Compartilhada), o compartilhamento da guarda passou a ser a regra, criando-se lei específica para aquilo que desde o ano de 2010 já estava disposto Lei da Alienação Parental¹³².

Isento da prerrogativa de analisar se a guarda compartilhada efetivamente é dividida de forma equitativa entre os genitores, o presente estudo tão somente observa que sua aplicação nos moldes preceituados pelo art. 7º tem por escopo a prevenção da alienação parental, retirando a conotação de “posse” sobre a criança e privilegiando a ideia de ausência de rompimento dos vínculos¹³³. Oportuno ressaltar que a alteração da guarda, e, por consequência, do lar de referência, trata-se de medida extrema, que deve ocorrer tão somente nas hipóteses em que a permanência da criança naquele ambiente cause maiores prejuízos do que o desfazimento dos vínculos afetivos com o genitor de referência, devendo existir laudos pormenorizados que confirmem a gravidade dos danos causados.

3.1.7 Da competência

Art. 8º A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de

¹³¹ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 83.

¹³² FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, E-book sem paginação. “A Lei da Alienação Parental anterior à Lei 13.058/2014, já trazia que deveria ser uma regra a Guarda Compartilhada, sendo a exceção a Guarda Unilateral, fato superado com a Nova Lei da Guarda Compartilhada que realizou o “sonho” da Lei da Alienação Parental.”

¹³³ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. *Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 142.

convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

A aplicação hermenêutica do artigo em tela deve ser perfilada em conjunto com a Súmula nº 383 do STJ, bem como com o inciso I do art. 147 do ECA e com o art. 50 do CPC, uma vez que todos determinam que, em princípio, prevalece a competência do foro do domicílio do genitor detentor da guarda da criança ou do adolescente¹³⁴. No caso de guarda compartilhada, o domicílio do genitor que possui o seu lar como de referência será o foro competente, em razão da finalidade de proteção da criança e do adolescente.

Em decorrência da análise desses dispositivos, tem-se que a competência jurisdicional em relação à alienação parental é absoluta e fixada quanto à matéria, não sendo possível que as partes a modifiquem por conveniência pessoal¹³⁵.

Dessa forma, enquanto nas ações incidentais de alienação parental a competência para julgar é do próprio juízo em que tramita a ação principal, nos casos de ação originária em que há alegação da incidência desse fenômeno o art. 8º da lei determina que a alteração de domicílio da criança é irrelevante para fixar o foro competente, salvo se a mudança for decorrente de consenso entre os genitores ou de autorização judicial¹³⁶. Essa medida se justifica tendo em vista que a alteração de domicílio se configura como típico ato de alienação parental, visando a dificultar o acesso de genitor não guardião ao filho.

A intenção do legislador, portanto, foi a de impedir que o alienador se beneficie dos dispositivos processuais anteriormente mencionados, quais sejam, Súmula 383 do STJ; art. 147, I, do ECA; e art. 50 do CPC. Ainda assim, na prática, permanece a dificuldade na realização da perícia e na elaboração dos laudos, levando em consideração a necessidade de um juízo solicitar ao outro a diligência, protraindo os resultados do processo.

Em pesquisa elaborada entre os anos de 2009 a 2014, nos Tribunais de Justiça de São Paulo e de Minas Gerais, observou-se que 9% do total dos atos alienatórios relacionados dizem respeito à mudança para domicílio distante ou sucessivas mudanças sem justificativa com o objetivo de prejudicar a convivência

¹³⁴ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 151.

¹³⁵ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 85.

¹³⁶ MADALENO, *op. cit.*, p. 151.

familiar da criança com o outro genitor e sua família, bem como retardar ainda mais o processo judicial, a partir de constantes redistribuições da ação para as comarcas onde a criança passa a ter domicílio¹³⁷.

Uma vez mais, a questão deve passar por exame minucioso, tendo em vista que se, por um lado, a mudança de domicílio por parte do genitor guardião sem justificativa razoável configura exercício abusivo do direito de livre circulação¹³⁸, por outro, haverá inobservância ao exercício do direito de guarda caso o genitor guardião seja impedido de alterar seu domicílio diante de uma nova oportunidade de emprego ou de retomada à sua cidade de origem após o divórcio, por exemplo. O art. 8º da Lei 12.318/10, portanto, deve ser aplicado no sentido de coibir o comportamento de genitores alienadores que pretendem afastar a criança ou adolescente do outro genitor e seus familiares¹³⁹, bem como protelar a solução da lide.

Ainda em relação ao art. 8º, oportuno observar que seu texto apresenta norma preventiva bastante semelhante àquela relativa ao sequestro internacional de crianças, uma vez que garante o *status quo* do domicílio habitual e desestimula o traslado ilícito¹⁴⁰. Consoante a Convenção de Haia, de 25 de outubro de 1980, nos casos de subtração de criança, compreendido como a transferência ou retenção do infante em país estrangeiro em violação ao direito de guarda, deve haver o imediato retorno dessa à sua residência habitual, eleita como foro adequado para discussões acerca da guarda¹⁴¹.

3.1.8 Dos dispositivos vetados e da entrada em vigor da Lei 12.318/2010

Art. 9º As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

§ 1º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente.

§ 2º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de

¹³⁷ ANDRADE, Mariana Cunha de; NOJIRI, Sergio. Alienação Parental e o Sistema de Justiça Brasileiro: uma abordagem empírica. Revista de Estudos Empíricos em Direito. v. 3, n. 2, jul. 2016, p. 194.

¹³⁸ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 151.

¹³⁹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 143.

¹⁴⁰ MADALENO, *op. cit.*, p. 153.

¹⁴¹ SILVA, Paulo Lins e. Síndrome da alienação parental e a aplicação da convenção de Haia, apud BUOSI, Caroline, *op. cit.*, p. 82.

mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental.

§ 3º O termo que ajustar o procedimento de mediação ou o que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.

Esse artigo foi vetado em atenção ao entendimento de que seria impossível o uso da mediação para a solução dos conflitos envolvendo a alienação parental, haja vista a indisponibilidade do direito de convivência familiar da criança e do adolescente¹⁴². Entretanto, sustentam Ana Carolina Carpes Madaleno e Rolf Madaleno que esse veto poderia ser repensado caso a mediação fosse percebida antes como um auxiliar do judiciário, a fim de identificar, tratar e prevenir condutas inadequadas, do que como uma mera alternativa substitutiva do julgador¹⁴³.

O veto em tela demonstra a subutilização da interdisciplinaridade na avaliação da alienação parental. Uma vez que a disputa judicial pela guarda é um ambiente propício para que os genitores empreendam condutas inadequadas frente aos filhos, a mediação pode se apresentar como auxiliar eficaz na redução dos litígios¹⁴⁴, desde que não tarde as eventuais medidas judiciais que se mostrem necessárias. Dessa forma, a mediação atende ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente na medida em que ampara os protagonistas para que busquem soluções ao conflito, assumindo, eles próprios, as obrigações acordadas, sem que haja uma imposição judicial.

Este veto presidencial tornou-se letra morta com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, que, inserido em um contexto de busca pela celeridade e pela satisfação das partes, tornou a mediação e a conciliação técnicas de uso obrigatório nas ações de família, inclusive naquelas que versam sobre alienação parental, nos termos do art. 699¹⁴⁵.

Art. 10. O art. 236 da Seção II do Capítulo I do Título VII da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

'Art. 236.

¹⁴² BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. *Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 146.

¹⁴³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 153.

¹⁴⁴ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Alienação Parental: A tragédia revisitada*. Revista de direito de Família e das Sucessões, v. 1/2014, jul./set. 2014, p. 72.

¹⁴⁵ MADALENO, op. cit., p. 156.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem apresenta relato falso ao agente indicado no caput ou à autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor.’ (NR).

A inclusão de sanção de natureza penal à Lei 12.318/2010 se mostra desnecessária, tendo em vista que o Estatuto da Criança e do Adolescente já contempla punições nesse sentido¹⁴⁶. Para além disso, a aplicação de sanção penal ao genitor alienador, conforme examinado em capítulos anteriores, fere o melhor interesse da criança e do adolescente, indo de encontro ao que se pretende assegurar com a Lei da Alienação Parental¹⁴⁷.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nos termos do art. 1º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, a lei inicia sua vigência 45 dias após a publicação, podendo o próprio dispositivo dispor de modo diverso, inclusive eliminando qualquer *vacatio legis* e estipulando que sua vigência se dará de imediato. Nesse contexto, o legislador optou por dispensar o tempo de espera para a entrada em vigor da Lei 12.318/2010. Para Figueiredo e Alexandridis¹⁴⁸, as ações que já estavam em trâmite podem ser atingidas pela lei, tendo em vista que a proteção da criança e do adolescente é norma cogente de ordem pública, sendo apenas normatizada uma situação que no plano fático e jurisprudencial já havia sido reconhecida há muito.

3.2 PROJETO DE REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010: SOLUÇÃO OU DESAMPARO?

Em 01 de agosto de 2018 foi apresentado o Projeto de Lei nº 10.639/2018 – de autoria do Deputado Federal Flavinho, do Partido Social Cristão (PSC) – que tem por finalidade revogar a Lei 12.318/2010. Curiosamente, vislumbra-se que o PSC, partido que apresentou o Projeto de Lei a fim de regulamentar a alienação parental,

¹⁴⁶ BRASIL. Mensagem n. 523. De 26 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Msg/VEP-513-10.htm>. Nesse sentido, ver o art. 236 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁴⁷ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 157.

¹⁴⁸ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 91.

oito anos mais tarde, desenvolve um segundo Projeto de Lei, agora com o intuito de revogar a Lei da Alienação Parental. Em declaração ao jornal O Globo, o partido esclareceu que o pedido de revogação é uma iniciativa individual do Deputado Flavinho¹⁴⁹.

Em sua justificção, o Projeto expõe que a Lei 12.318/2010, que tinha por objetivo inicial manter os vínculos afetivos entre pais e filhos, acabou por viabilizar que genitores abusadores possam exigir a manutenção da convivência com a criança, inclusive sem a presença da mãe ou de profissional especializado, a depender da regulamentação da convivência estabelecida em juízo¹⁵⁰.

Nessa toada, ao mesmo tempo que a lei garante o acesso aos filhos de forma equitativa a ambos os genitores, a justificção argumenta que ela também possibilitaria maior sofrimento, deixando a proteção da criança em segundo plano para garantir uma convivência forçada com possíveis abusadores, que “ainda não foram condenados por insuficiência de provas”¹⁵¹. Ainda, em consonância ao que foi alertado ao longo deste estudo, a justificção rememora a dificuldade na colheita de provas acerca da existência de abuso sexual. Informa, para tanto, a necessidade da revogação da Lei de Alienação Parental como “medida de proteção à vida, às crianças e de contenção de danos à sociedade”¹⁵².

Ferreira e Enzweiler tecem ferrenhas críticas à Lei 12.318/2010 por ir de encontro à igualdade de gênero, uma vez que é aplicada na maioria dos casos contra as mães – que muitas vezes buscam apenas proteger seus filhos – e tendo em vista que o dispositivo legal foi aprovado por um parlamento marcadamente masculino, no qual os homens representavam 91,23% da Câmara dos Deputados e 85,2% do Senado da República. Dessa forma, os membros do legislativo, ao se sentirem “na pele” do devedor de alimentos e daquele que é acusado de abuso sexual, acabaram por legitimar a aplicação de sanções não apenas à ex-mulher, mas aos filhos¹⁵³.

¹⁴⁹ STYCER, Clarissa. Deputado de partido que aprovou a Lei da Alienação Parental quer revogá-la. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/deputado-de-partido-que-aprovou-lei-da-alienacao-parental-quer-revoga-la.html>>.

¹⁵⁰ BRASIL. Projeto de Lei n. 10.639/2018. Revoga a Lei nº 12.318/2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1678433&filename=PL+10639/2018>.

¹⁵¹ Apesar de assim estar descrito no Projeto de Lei, importante ressaltar que a insuficiência de provas é causa de absolvição, e não de ausência de condenação.

¹⁵² *Ibidem*, p.2.

¹⁵³ FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. Revista da Esmesc, v. 21, n.27, 2014, p. 82.

Em atenção ao exposto, vislumbra-se que a utilização da alienação parental como instrumento de defesa em disputas envolvendo a guarda da criança ou do adolescente, especialmente em casos em que existem acusações de abuso sexual, são o principal motivo para o pedido de revogação da lei.

Maria Clara Sottomayor percebe que as alegações de abuso sexual e de violência doméstica, geralmente trazidas pela mãe, são desvalorizadas em contextos de disputa pela guarda e pelo direito de convivência, sendo essas denúncias compreendidas como uma forma de vingança ou de histeria, reforçando os estereótipos negativos das mulheres¹⁵⁴. A presunção de falsidade das acusações de abuso sexual contra o genitor torna-se um instrumento de promoção da ideia positiva da paternidade, beneficiando o homem na luta pela guarda quando há denúncias nesse sentido, bem como servindo como estratégia de defesa dos acusados de abusarem ou maltratarem os filhos¹⁵⁵.

Tendo em vista que poucos países positivaram uma lei acerca da alienação parental, em razão da ausência de credibilidade sobre a existência de uma síndrome e da utilização acrítica que causa prejuízos às crianças, Ferreira e Enzweiler entendem que o Brasil ingressou na contramão da história ao sancionar um dispositivo que permite a discriminação de gênero e o desamparo da criança e do adolescente, com a desqualificação sumária do discurso da vítima¹⁵⁶.

De outro lado, parte significativa da doutrina¹⁵⁷ tem se mostrado favorável à aplicação da Lei, entendendo ser necessário tão somente coibir as distorções a ela imputadas. Ou seja, o problema não seria o dispositivo legal em si, necessário para apurar fatos graves que prejudicam o desenvolvimento da criança e do adolescente, mas a hermenêutica empregada por aquele que irá analisar a norma.

¹⁵⁴ SOTTOMAYOR, Maria Clara. A fraude da síndrome de alienação parental e a proteção das crianças vítimas de abuso sexual. In Conferência Internacional “O superior interesse da criança e o mito da ‘Síndrome da Alienação Parental’”, no painel “A Síndrome da Alienação Parental e os riscos para os direitos das mulheres e das crianças”, ocorrida em 03.11.2011. Disponível em: < <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/A-fraude-da-SAP-e-a-protec%C3%A7%C3%A3o-das-crian%C3%A7as-v%C3%ADtimas-de-abuso-sexual.pdf>>, p.7.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 8.

¹⁵⁶ FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. Revista da Esmesc, v. 21, n.27, 2014, p. 34 a 46.

¹⁵⁷ Nesse sentido, Maria Berenice Dias (*DIAS, Maria Berenice. Incesto e o Mito da Família Feliz. In: Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 333*), Silvio de Salvo Venosa (*VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: família. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018, p. 363*) e Madaleno (*MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 90*) entendem que a Lei nº 12.318/2010 houve por bem colocar a Alienação Parental em termos legislativos.

Ana Carolina Carpes Madaleno e Rolf Madaleno informam que a Lei 12.318/2010 foi construída visando a defesa intransigente do princípio da prioridade absoluta dos interesses fundamentais da criança e do adolescente, disciplinando infra constitucionalmente as previsões dispostas na Convenção Internacional de Direitos da Criança e do Adolescente e no art. 227 da Constituição Federal¹⁵⁸. Nesta mesma linha, Maria Berenice Dias entende que a Lei 12.318/2010 chegou em boa hora, uma vez que cria mecanismos para coibir práticas alienadoras há muito existentes¹⁵⁹.

Partindo de um exame mais aprofundado do tema, vislumbra-se que o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares que esclareçam a natureza da rejeição da criança frente a um de seus genitores é imprescindível, a fim de permitir o correto diagnóstico e diferenciá-lo de outros abusos perpetrados¹⁶⁰. O tema da alienação parental, rapidamente difundido no Brasil, deve vir acompanhado pela capacitação dos profissionais que darão respaldo técnico às determinações judiciais¹⁶¹, permitindo o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, que mantém as especialidades de cada profissional, mas exige um trabalho conjunto entre eles¹⁶².

¹⁵⁸ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 90.

¹⁵⁹ DIAS, Maria Berenice. Incesto e o Mito da Família Feliz. In: _____. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 333.

¹⁶⁰ GOMIDE, Paula Inez Cunha; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Diálogos Interdisciplinares acerca da Alienação Parental. In: GOMIDE, Paula Inez Cunha. Introdução à psicologia forense. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2016, p. 102.

¹⁶¹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. Alienação Parental: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012, p. 154.

¹⁶² CEZAR, José Antônio Daltoé. A inquirição de crianças vítimas de abuso sexual em juízo. In: DIAS, Maria Berenice. Incesto e Alienação Parental. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 185.

CONCLUSÃO

“A norma é insuficiente para superar, isoladamente,
qualquer espécie de problema social” –
Denise Almeida de Andrade¹⁶³

Embora as soluções da problemática que envolve a manipulação da criança para rejeitar um dos genitores passem distantes do modelo da “Síndrome da Alienação Parental” concebido por Gardner, tendo em vista que o termo assume papel ideológico de minorar os direitos da personalidade da criança e de transformar em distúrbio a mera tentativa de proteção das mulheres perante os filhos, essa teoria pode ser percebida como um esforço primitivo que demonstra a preocupação com os interesses da criança e do adolescente, na esteira do constitucionalismo social da segunda metade do século XX.

No Brasil, o resguardo ao melhor interesse da criança e do adolescente apresentou uma de suas facetas ao importar-se do contexto norte-americano a teoria da Síndrome da Alienação Parental. Ainda que sua transposição de forma acrítica tenha ensejado indefinições acerca do tema, o movimento efetuado por organizações não governamentais formadas especialmente por homens que reivindicavam maior espaço na paternidade, resultou na promulgação da Lei 12.318/2010, que introduz na legislação nacional um mecanismo para coibir práticas alienatórias.

Entretanto, nos moldes como foi implementada, a partir da avaliação unicamente do genitor alienador, e não de uma perspectiva multifocal em que se examina os motivos de rejeição da criança frente ao genitor supostamente alienado, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente acaba por ceder espaço a um direito de convivência muitas vezes indesejado. Por essa perspectiva, deixa-se de investigar se o infante foi realmente afetado pelos atos alienatórios, ou se o genitor possuía comportamentos que corroboraram com a aversão da criança.

O viés preventivo da Lei, muitas vezes suficiente para impedir a propagação de práticas alienatórias, deve se sobrepor às soluções meramente punitivistas, que

¹⁶³ ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). Direito das famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 672.

acabam por atingir a própria criança, vitimando-a duplamente ao fazer com que, para além de ser impedida de uma convivência salutar com seus genitores, também carregue a culpa por ter cessado o convívio com o genitor de referência. Nesse sentido, ao atribuir a culpa exclusivamente a um dos genitores, geralmente à mãe guardiã, sem analisar todo o contexto fático que ensejou esses comportamentos supostamente alienatórios, o outro genitor, o Estado e a sociedade isentam-se de quaisquer responsabilidades. Pertinente registrar que, nos termos do que foi analisado ao longo deste estudo, o melhor interesse da criança e do adolescente somente será observado a partir da avaliação de todos os atores envolvidos, bem como dos valores socioculturais presentes no caso concreto.

Promulgada em um contexto social predominantemente masculino, a Lei da Alienação Parental, em que pese compreender o genitor alienador de forma ampla, com o objetivo de afastar distinções de gênero, acaba por reforçar os papéis historicamente reservados à mulher como cuidadora dos filhos, diminuindo a credibilidade de denúncias relativas à abuso sexual ou maus-tratos em contextos de disputa pela guarda.

Diante desse cenário, a intervenção do Estado em casos de alegação de alienação parental não deve se restringir à aplicação de punições ao genitor supostamente alienador, mas é imperioso que exista um exame prévio pormenorizado e adequado à complexidade do caso. A fim de evitar a adoção de medidas inadequadas e que causem prejuízo ainda maior à criança e ao adolescente, o magistrado deve se utilizar de todos os instrumentos ao seu alcance, determinando a realização de perícia psicológica e estudo biopsicossocial não somente ao infante, mas também aos genitores. Para além disso, a utilização de métodos mais eficazes para a colheita do depoimento da criança, que não a revitalize nem desqualifique sua palavra, como é o caso do depoimento sem dano, mostra-se um trajeto adequado a ser percorrido de respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

A interdisciplinaridade, inaugurada pela própria definição da alienação parental considerando que o conceito tem sua gênese na psicologia e na psiquiatria, deve acompanhar todo o processo judicial, a fim de permitir o correto diagnóstico do fenômeno, diferenciando-o de outros abusos perpetrados por um genitor que, sem maiores exames, seria denominado de alienado. O direito deve reconhecer-se como ciência insuficiente, necessitando do auxílio de uma rede complexa de saberes para poder aplicar de maneira adequada a Lei 12.318/2010.

A crítica elaborada no presente estudo, portanto, pretende perpassar muito mais pela hermenêutica aplicada à Lei 12.318/2010, tendo em vista que os dispositivos são frequentemente utilizados de forma abusiva por seus intérpretes, do que por uma revogação simplista da legislação, que, caso bem utilizada, poderia ser um meio eficaz de prevenção aos prejuízos emocionais da criança e do adolescente frente a um litígio entre seus genitores. Ademais, o despreparo profissional e a ausência de avaliação interdisciplinar para a colheita de provas, acabam por tornar a lei um instrumento ainda muito distante de efetiva garantia do melhor interesse e dos direitos da personalidade da criança e do adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Denise Almeida de. A alienação parental e as relações familiares no Brasil. In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). **Direito das famílias**: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 671-697.

ANDRADE, Mariana Cunha de; NOJIRI, Sergio. Alienação Parental e o Sistema de Justiça Brasileiro: uma abordagem empírica. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. v. 3, n. 2, jul. 2016, p. 183-201.

BARUFI, Melissa Telles. Alienação Parental – Interdisciplinaridade: um caminho para o combate. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 49-69.

BRASIL. Mensagem n. 523. De 26 de Agosto de 2010. **Diário do Congresso Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Msg/VEP-513-10.htm>. Acesso em: 29.09.2018.

_____. Projeto de Lei n. 4.053, de 2008. Dispõe sobre a Alienação Parental. **Diário do Congresso Nacional**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/alienacao-parental.pdf>>. Acesso em: 11.07.2018.

_____. Projeto de Lei n. 4.488, de 2016. Acrescenta parágrafos e incisos ao art. 3º da Lei 12.318/2010 que dispõe sobre a Alienação Parental. **Diário do Congresso Nacional**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1435286&filename=PL+4488/2016>. Acesso em: 23.10.2018.

_____. Projeto de Lei n. 10.639/2018. Revoga a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. **Diário do Congresso Nacional**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1678433&filename=PL+10639/2018>. Acesso em: 03.10.2018.

BRUCH, Carol S. Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Getting It Wrong in Child Custody Cases. **Family Law Quarterly**, v. 35, 2001, p. 527-552. Disponível em: < <http://www.thelizlibrary.org/liz/bruch.pdf>>. Acesso em: 30.08.2018.

BRUNO, Denise Duarte. Abrindo os olhos para verdadeiros relatos e falsas memórias. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 115-123.

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012.

CEZAR, José Antônio Daltoé. A inquirição de crianças vítimas de abuso sexual em juízo. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 179-195.

CORDEIRO, Carlos José; GOMES, Josiane Araújo. Alienação Parental como causa excludente de responsabilidade civil por abandono afetivo. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 87-95.

DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental: realidade difícil de ser reconhecida. In: _____. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 23-28.

_____. **Finalmente, Alienação Parental é motivo para prisão**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-05/maria-berenice-dias-agora-alienacao-parental-motivo-prisao>>. Acesso em: 10.10.2018.

_____. **Incesto e o Mito da Família Feliz**. In: _____. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 319-344.

_____. **Manual de Direito das Famílias**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

FERREIRA, Cláudia Galiberne; ENZWEILER, Romano José. Síndrome da Alienação Parental, uma iníqua falácia. **Revista da Esmesc**, v. 21, n.27, 2014, p. 81-126.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental: aspectos materiais e processuais da Lei n. 12.318, de 26-8-2010**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. E-book.

FONSECA, Priscila M.P. Corrêa. **Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em: < <http://priscilafonseca.com.br/sindrome-da-alienacao-parental-artigo-publicado-na-revista-do-caocivel-no-15-ministerio-publico-do-estado-do-para-jandez-2009-revista-ibdfam-ano-8-no-40-f/>>, acesso em: 20/08/2018.

GARDNER, Richard A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** 2002, p. 2. Tradução para o português por Rita Fadaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 28/07/2018.

GOMIDE, Paula Inez Cunha; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Diálogos Interdisciplinares acerca da Alienação Parental. In: GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Introdução à psicologia forense**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2016, p. 101-120.

JOHNSTON, Janet R.; KELLY, Joan B. The Alienated Child: A Reformulation of Parental Alienation Syndrome. **Family Court Review**, v. 39, 2001, p. 249-269. Disponível em: <http://jkseminars.com/pdf/AlienatedChildArt.pdf>>, acesso em 03.09.2018.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Alienação Parental: A tragédia revisitada. **Revista de direito de Família e das Sucessões**, v. 1/2014, jul./set. 2014, p. 61-81.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LORENZZETI, Ana Paula. **Direito Civil Contemporâneo e Alienação Parental: Uma exegese interdisciplinar da Lei 12.318/2010**. Monografia – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; _____, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos das mulheres, família e violência: Reflexões à luz da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). In: MENEZES, Joyceanne Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (org.). **Direito das famílias: por juristas brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 67-89.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Repensando a Síndrome de Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 87-95.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. **A fraude da síndrome de alienação parental e a proteção das crianças vítimas de abuso sexual**. In Conferência Internacional “O superior interesse da criança e o mito da ‘Síndrome da Alienação Parental’”, no painel “A Síndrome da Alienação Parental e os riscos para os direitos das mulheres

e das crianças”, ocorrida em 03.11.2011. Disponível em: < <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/A-fraude-da-SAP-e-a-protec%C3%A7%C3%A3o-das-crian%C3%A7as-v%C3%AAdtimas-de-abuso-sexual.pdf>>. Acesso em: 18.07.2018.

_____. **Uma análise crítica da Síndrome de Alienação Parental e os riscos da sua utilização nos tribunais de família.** Revista Julgar. Coimbra, nº. 13, p. 73-107.

SOUSA, Analicia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Síndrome de Alienação Parental: da Teoria Norte-Americana à Nova Lei Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão.** Rio de Janeiro, 2011, vol. 31, n.2, p. 268-283.

_____, Analicia Martins de. **Síndrome da Alienação Parental:** um novo tema nos juízos de família. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

STYCER, Clarissa. Deputado de partido que aprovou a Lei da Alienação Parental quer revogá-la. **O Globo.** Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/deputado-de-partido-que-aprovou-lei-da-alienacao-parental-quer-revoga-la.html>>. Acesso em: 02.11.2018.

TARTUCE, Fernanda. Indícios e Urgência em Demandas Sobre Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental.** 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 253-282.

ULLMANN, Alexandra. Da inconstitucionalidade do princípio da culpabilidade presumida nas falsas acusações de abuso sexual. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental.** 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 125-152.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil:** família. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.